

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2015

unidas



1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi um ano desafiador para Unidas, por conta do cenário econômico adverso e mercado de locação e terceirização de frotas com a competição mais acirrada entre os concorrentes. No entanto, a Companhia obteve grandes conquistas: somos a 30ª melhor empresa para trabalhar do Brasil na categoria Grande Porte Nacional segundo *ranking Great Place to Work*, conseguimos ter abrangência nacional após abriremos 2 lojas do RAC no estado do Acre, aumentamos a nossa Receita Líquida Consolidada em 13,4% e o nosso Número de Diárias do segmento do RAC em 13,2%. Ressaltamos que estas conquistas foram obtidas sem sacrificar as nossas margens e sem comprometer o nosso balanço, que continua com um nível de alavancagem muito saudável em torno de 2,2x pelo indicador de Dívida Líquida / EBITDA anualizado. Estas conquistas nos motivam e nos deixam confiantes para enfrentarmos o ano de 2016 que, de acordo com as projeções de mercado, trará desafios similares aos enfrentados ao longo de 2015.

O cenário econômico adverso ao longo de 2015 resultou em dificuldades para o crescimento sustentável do setor de locação e terceirização de frotas. A inflação atingiu 10,67% ao final de 2015, muito acima do teto da meta inflação de 6,5% a.a.. A taxa básica de juros da economia, medida pela SELIC, saiu do patamar de 11,75% a.a. ao final de 2014 para 14,25% a.a. ao final de 2015, sendo que esse aumento se deu através 5 elevações consecutivas nas reuniões do Comitê de Política Monetária - COPOM de Janeiro à Julho, resultando em um aumento no patamar de 250 *basis points* na comparação com o ano de 2014. Este cenário gerou uma crise de confiança no país, fazendo com que investidores e empresários postergassem suas decisões de investimentos, impactando negativamente o setor de locação e terceirização de frotas, principalmente o segmento de terceirização de frotas que possui como foco principal o setor corporativo o qual é altamente correlacionado com o crescimento do PIB. O PIB em 2015 apresentou uma retração de 3,8% e segundo projeções de mercado, é esperada uma retração de 3,5% para o PIB em 2016.

Mesmo com o cenário econômico adverso descrito acima, os segmentos de Aluguel de Carros – RAC e Seminovos apresentaram crescimentos de Receita Líquida de 9,6% e 24,1%, e o segmento de Terceirização de Frotas ficou em linha crescendo 0,4%. E, como dito anteriormente, tivemos este crescimento em conjunto com a expansão das nossas margens que, representadas pelos indicadores EBITDA e EBIT cresceram 3,3% e 9,5%, respectivamente.

Por conta da constante melhora em nossos resultados operacionais que contribui para a manutenção de uma baixa alavancagem, a Unidas em 02 de julho de 2015 obteve a elevação do *Rating* Nacional de Longo Prazo da Companhia e das Emissões de Dívida pela *Standard & Poor's*, saindo do *rating* brA+ para brAA- com Perspectiva Estável .

Evento subsequente: Também obtivemos uma elevação do *rating* em 04 de fevereiro de 2016 de A+(bra) para AA-(bra) com perspectiva estável pela *Fitch Ratings* referente ao *Rating* Nacional de Longo Prazo da Companhia e das Emissões de Dívida por conta da habilidade da Unidas em reportar, em base recorrentes, consistente melhora da geração operacional de caixa, além de manter uma estrutura de capital equilibrada, mesmo diante de um ambiente macroeconômico adverso e com acirrada competição.

Assim, por mais que o cenário para 2016 continue sendo desafiador, estamos otimistas com as perspectivas futuras que temos para a Companhia por conta dos seguintes fatores: mesmo com o cenário adverso, a Companhia vem apresentando uma constante melhora dos resultados operacionais sem sacrificar as nossas margens, mantendo uma baixa alavancagem e um perfil de crédito conservador; a sinalização de uma melhora gradual do cenário econômico pelas projeções para os próximos anos devido ao potencial de crescimento da economia brasileira; o potencial de crescimento de setor de locação e terceirização de frotas devido à cultura ainda incipiente do brasileiro em locar veículos e devido ao mercado de terceirização de frota corporativa ser também sub penetrado ao compararmos com economias mais desenvolvidas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e contribuição para as conquistas que alcançamos em 2015 e esperamos o mesmo empenho para o desenvolvimento da Companhia ao longo de 2016.

A Administração

São Paulo, 11 de Março de 2016 - A Unidas S.A. ("Companhia" ou "Unidas") anuncia os seus resultados do quarto trimestre de 2015 (4T15) e para o exercício de 2015. As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 2015

Receita Líquida Consolidada em 2015 cresce 13,5% em comparação com 2014, chegando aos R\$1.125,4 MM.

No mesmo período, a Receita Líquida de Aluguel de Carros - RAC cresce 9,6% atingindo R\$289,5 MM e o EBIT atinge R\$174,0MM crescendo 10,4%.

A **Receita Líquida Consolidada** da Companhia apresentou um aumento de **13,5% no acumulado do ano**, passando de R\$991,7 MM em 2014 para **R\$1.125,4 MM em 2015** (valor de 2014 ajustado para o novo critério conforme explicação no item **Receita Líquida do aluguel de carros - RAC**).

A **Receita Líquida** dos negócios de **Locação** (RAC + TF + Franquias) cresceu **5,5% no acumulado do ano**, passando de R\$572,1 MM em 2014 para **R\$603,5 MM em 2015** (valor de 2014 ajustado para o novo critério conforme explicação no item **Receita Líquida do aluguel de carros - RAC**).

A **Receita Líquida** do segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) cresceu **9,6% no acumulado do ano**, passando de R\$264,1 MM em 2014 para **R\$289,5 MM em 2015** (valor de 2014 ajustado para o novo critério conforme explicação no item **Receita Líquida do aluguel de carros – RAC**).

A **Taxa de Ocupação** do segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) no **4T15** atingiu **77,4%** aumentando **2,3 p.p.** ao compararmos com o percentual de 75,1% reportado no 4T14.

A **Receita Líquida** da venda de **Seminovos** no acumulado de **2015** cresceu **24,4%**, passando de R\$419,6 MM em 2014 para **R\$521,9 MM em 2015**, devido ao aumento de **23,2%** na quantidade veículos vendidos e do aumento de **0,8%** no preço médio de venda em **2015**.

O **EBIT** acumulado de **2015** atingiu **R\$175,4 MM**, ou seja, **10,4%** superior a 2014, que ficou em R\$158,9 MM.

Lucro Líquido Ajustado acumulado de **2015** atingiu **R\$44,6 MM**, ou seja, **9,3%** superior a 2014, que ficou em R\$40,8MM.

A **Frota Média Operacional** da Companhia cresceu **8,2%** no comparativo do acumulado de **2015** com 2014.

Expandimos a nossa **Rede de Atendimento** ao longo de 2015 em **38 lojas**, sendo 10 lojas próprias do RAC, 24 lojas de Franquias do RAC, 2 lojas próprias de Seminovos e 2 lojas de franquias de Seminovos.

Eventos subsequentes: Na última semana de Dez/15, foi vendido um lote de 398 veículos seminovos, cuja receita e a respectiva margem de venda no valor de R\$1,7 MM somente foi reconhecida em Jan/16, devido ao CPC-30 que determina que a venda somente pode ser reconhecida após a total transferência de propriedade, riscos e benefícios ao cliente, fato este que somente ocorreu em JAN16. Em **04 de fevereiro** a agência de risco *Fitch Ratings* elevou o *rating* corporativo da Unidas e das Emissões de Debêntures de A+(bra) para **AA-(bra)**; e em **FEV16** foi concluído o processo de captação de uma operação de capital de giro com base na lei 4.131 com *swap* no montante de R\$60 milhões, pelo prazo de 1 ano e taxa de **CDI + 1,9% a.a.**

Num projeto em parceria com a **Nissan - Patrocinadora Oficial dos Jogos Olímpicos**, a **Unidas** irá fornecer veículos para compor a **Frota Olímpica** responsável pela locomoção dos atletas, delegações, comitês, árbitros e material esportivo. Assim como fornecerá os carros para a **Rota do Revezamento da Tocha Olímpica**, que tem o início previsto para o mês de maio de 2016 e percorrerá 329 cidades por todo o Brasil.

Dados Econômico Financeiros (R\$ MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Receita Líquida Consolidada	278,2	262,7	5,9%	1.125,4	991,7	13,5%
Receita Líquida de Locação (RAC + TF + Franquias)	155,0	154,6	0,3%	603,5	572,1	5,5%
EBITDA Consolidado	87,5	91,7	(4,6)%	345,0	332,7	3,7%
EBITDA Negócios Locação (RAC + TF + Franquias)	81,1	82,8	(2,1)%	307,5	299,9	2,5%
Margem EBITDA dos Negócios de Locação	52,3%	52,6%	(0,3) p.p.	50,9%	51,6%	(0,7) p.p.
EBIT	46,9	45,3	3,5%	175,4	158,9	10,4%
EBT	12,3	18,1	(32,0)%	55,1	62,6	(12,0)%
Lucro Líquido Ajustado (*)	16,4	11,3	45,1%	44,6	40,8	9,3%
Dívida Líquida	761,5	717,7	6,1%	761,5	717,7	6,1%
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	2,2x	2,2x	-	2,2x	2,2x	-

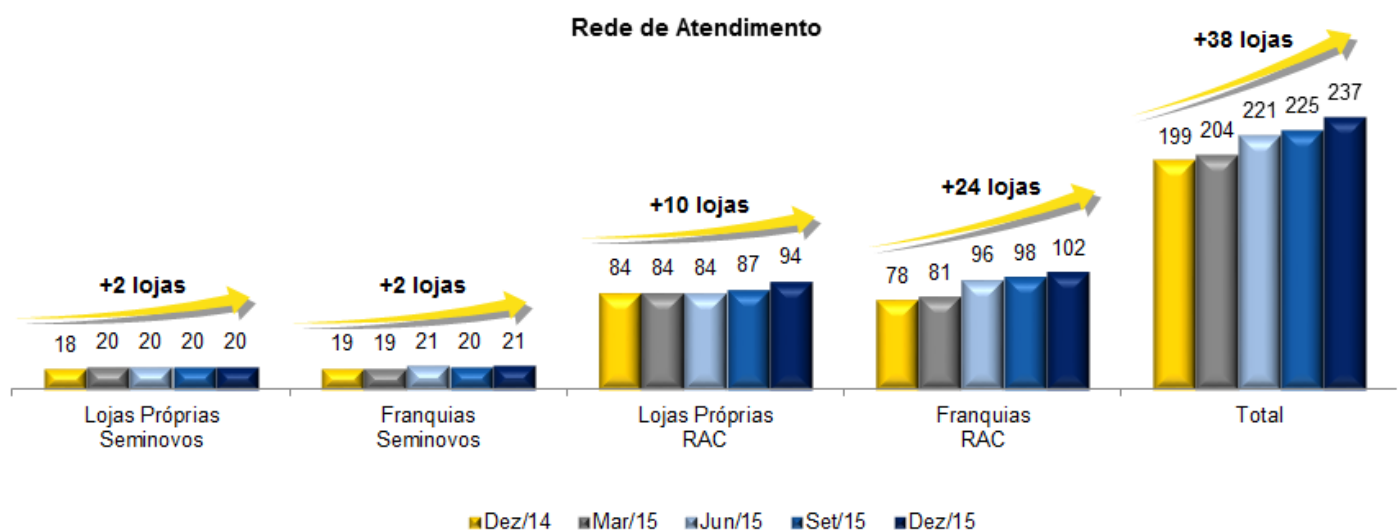
Dados Operacionais	2015	2014	Var.
Frota no Final do Período	43.342	44.486	(2,6)%
Nº de Colaboradores Próprios no Final do Período	1.344	1.178	14,1%
Rede de Atendimento no Final do Período	237	199	19,1%

(*) Lucro Líquido Ajustado – Desconsidera em 2014 o montante de R\$7,2 MM referente ao reconhecimento de créditos fiscais relacionados com o prejuízo acumulado da Unidas Locadora por ser um evento não recorrente.

1- REDE DE ATENDIMENTO UNIDAS

Em 2015, a nossa rede de atendimento cresceu 38 lojas divididas da seguinte forma: 2 lojas Próprias de Seminovos, 2 lojas de Franquia de Seminovos, 10 lojas Próprias do RAC e 24 lojas de Franquias do RAC, passando de 199 lojas no 4T14 para 237 lojas no 4T15.

No 4T15, a Unidas cresceu a sua rede de atendimento em 12 lojas, passando de 225 pontos de atendimento no 3T15 para 237 pontos de atendimento no 4T15.

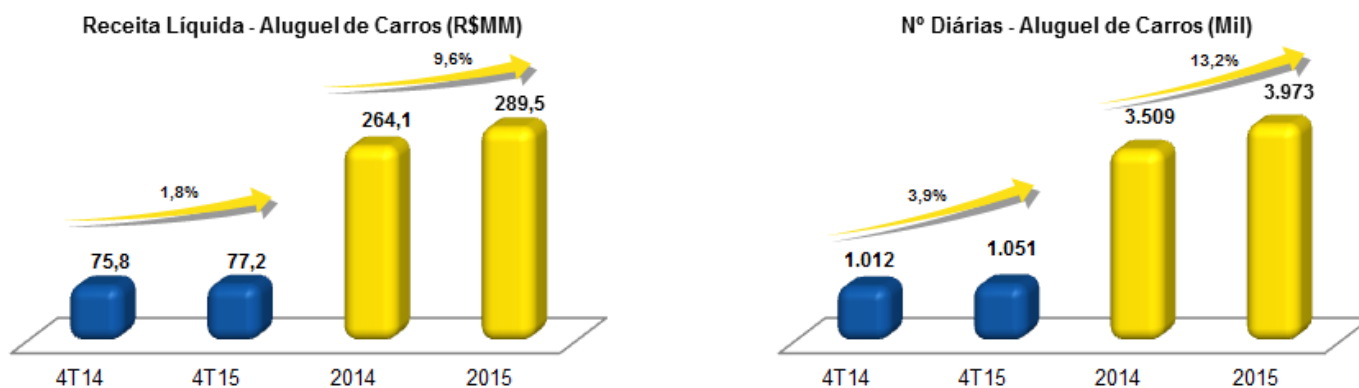


2 - SEGMENTO DE ALUGUEL DE CARROS (RAC)

Numa base comparável, em 2015 o crescimento foi de 9,6%, passando de R\$264,1 MM em 2014 para R\$289,5 MM em 2015, crescimento este decorrente essencialmente do aumento de diárias em 13,2%. Cabe ressaltar que a receita de 2014 foi impactada positivamente, no mês de julho, pela realização da Copa do Mundo de 2014.

Numa base comparável no 4T15, a Receita Líquida Ajustada relacionada ao segmento de Aluguel de Carros – RAC (que não inclui as franquias) apresentou um aumento de 1,8% em relação ao 4T14, passando de R\$75,8 MM para R\$77,2MM, crescimento este decorrente, essencialmente, do avanço do número de diárias em 3,9%.

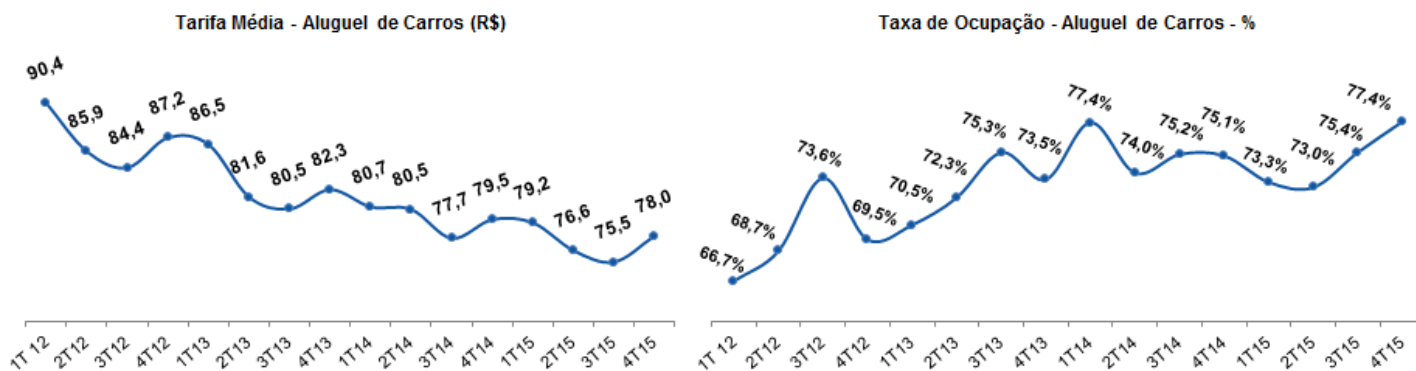
A Receita Líquida do segmento de Aluguel de Carros considerava, tanto no 4T14 quanto no ano de 2014, respectivamente, os montantes de R\$2,9 MM e R\$8,9 MM, referentes ao faturamento centralizado das franquias (aluguéis realizados pela rede de franqueados a Clientes globais da Unidas). No início do ano de 2015, aprimoramos o critério de apresentação contábil desta operação, passando tanto a receita como as despesas correspondentes a serem ativadas.



No entanto, foi verificada no período, uma redução da Tarifa Média Diária devido basicamente a dois fatores: o aumento do peso das receitas de aluguel em segmentos que apresentam um ticket médio inferior à média geral da Companhia, como por exemplo, o de seguradoras (*replacement*); e a maior concorrência verificada no segmento de lazer o que fez com que a tarifa média neste segmento apresentasse uma queda.

Face ao exposto acima, ao compararmos em 2015 a Tarifa Média diária praticada no segmento de RAC com 2014 a redução foi de 2,9%, considerando as tarifas de R\$77,3 e R\$79,6, respectivamente. Já no comparativo entre os trimestres, a Tarifa Média diária praticada foi de R\$78,0 no 4T15, inferior em 1,9% ao valor apurado no 4T14 que foi de R\$79,5.

Em 2015, a Taxa de Ocupação dos veículos no segmento de RAC foi de 74,8%, 0,6 p.p. inferior à verificada em 2014 que foi de 75,4%. Já no 4T15, a Taxa de Ocupação foi de 77,4%, aumentando em 2,3 p.p. em relação à taxa de 75,1% obtida no 4T14, devido a uma melhor utilização da frota operacional da Companhia.



- (1) Tarifa média – Aluguel de Carros é calculada com base na receita bruta dividida pelo número de diárias, excluindo as diárias de locação interna e os itens não considerados como componente da tarifa (ex.: avarias debitadas aos Clientes).
- (2) O Número de Diárias não considera as diárias de sublocação para o segmento de Terceirização de Frotas.
- (3) O cálculo da Taxa de Ocupação inclui as diárias de sublocação para o segmento de Terceirização de Frotas.

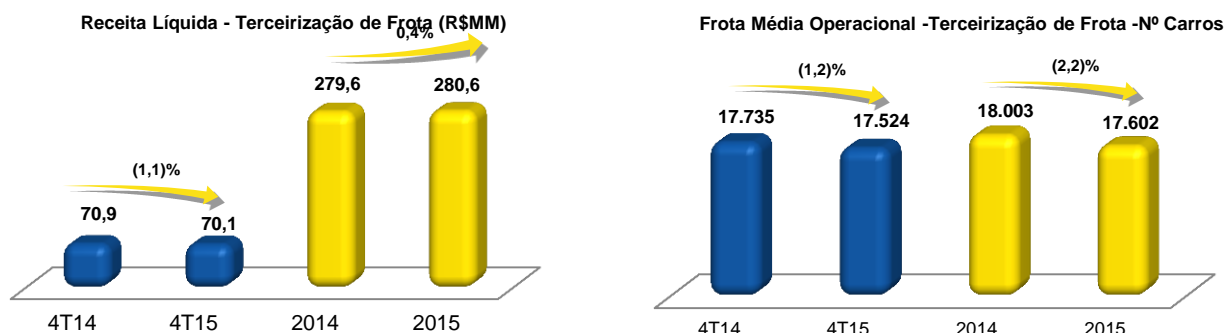
3 - SEGMENTO DE TERCEIRIZAÇÃO DE FROTA (TF)

Em 2015, a Receita Líquida proveniente do negócio de Terceirização de Frota – TF permaneceu praticamente estável, apresentando um aumento de 0,4%, passando de R\$279,6 MM em 2014 para R\$280,6 MM em 2015. Já a frota média operacional reduziu 2,2% em 2015.

Já no 4T15, a Receita Líquida proveniente do negócio de Terceirização de Frota – TF apresentou uma diminuição de 1,1% com relação ao 4T14, passando de R\$70,9 MM para R\$70,1 MM. A frota média operacional no 4T15 reduziu em 1,2 %, com relação ao 4T14.

	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	4T15
Receita Líquida	71.309	68.021	69.367	70.875	70.213	69.095	71.117	70.147
Frota média Operacional	18.643	17.780	17.855	17.735	17.954	17.394	17.537	17.524
Mensalidade Média Líquida Terceirização de Frota (R\$)	1.275,0	1.275,3	1.295,0	1.332,1	1.303,6	1.324,1	1.351,8	1.334,3

Esta redução da frota média operacional da Companhia no 4T15 e em 2015 é resultado de um ambiente econômico mais adverso e de um ambiente comercial mais competitivo em termos de preço, no qual a Companhia manteve a sua postura conservadora visando rentabilizar o seu capital investido.

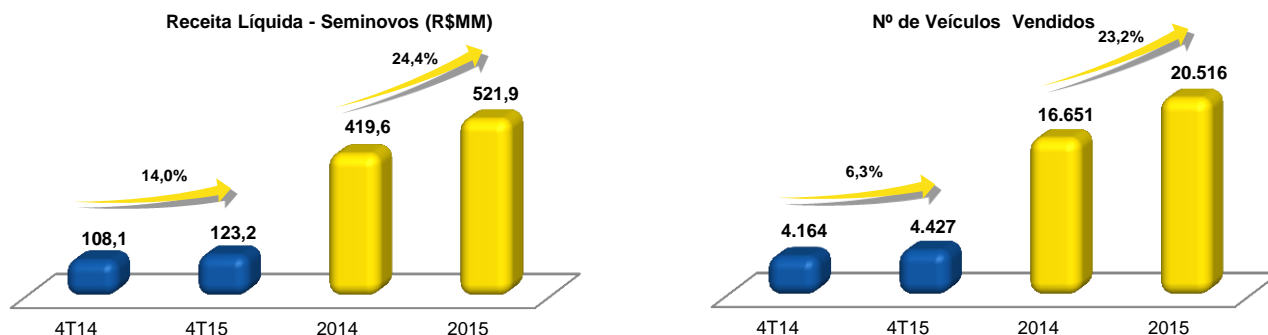


4 - SEMINOVOS

Em 2015, a Receita Líquida apresentou um aumento de 24,4%, passando de R\$419,6 MM em 2014 para R\$521,9 MM em 2015, resultado este do aumento de 23,2% na quantidade dos veículos vendidos e do aumento de 0,8% no preço médio de venda dos automóveis.

No 4T15, a receita foi de R\$123,2 MM, representando um aumento de 14,0% em relação à receita obtida no 4T14 que foi de R\$108,1 MM; resultado este devido ao aumento da quantidade de veículos vendidos em 6,3% e do aumento de 6,2% no preço médio de venda dos veículos. Desta forma, no último trimestre de 2015 continuou a se verificar um crescimento da receita com a venda de seminovos, tal como já vinha ocorrendo ao longo de todo o ano.

No final do 4T15, o estoque de veículos para venda era de 4.501 unidades.

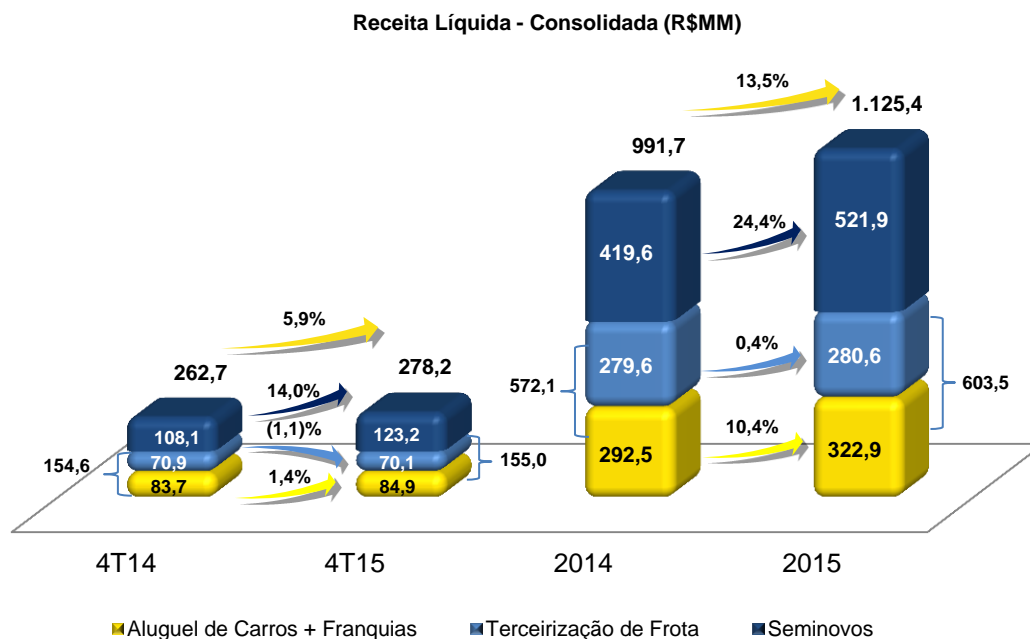


Na última semana de DEZ15, foi vendido um lote de 398 veículos seminovos, cuja receita e a respectiva margem de venda no valor de R\$1,7 MM somente foi reconhecida em Jan/16, devido ao CPC-30 que determina que a venda somente pode ser reconhecida após a total transferência de propriedade, riscos e benefícios ao cliente, fato este que somente ocorreu em Jan/16.

5 - RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

Em 2015, numa base comparável, a Receita Líquida Consolidada Ajustada teve um crescimento de 13,5%, passando de R\$991,7 MM em 2014 para R\$1.125,4 MM em 2015 (valor de 2014 ajustado pelo faturamento centralizado das franquias no montante de R\$8,9 MM).

No 4T15, numa base comparável a Receita Líquida Consolidada Ajustada da Companhia foi de R\$278,2 MM, apresentando uma elevação de 5,9%, quando comparada aos R\$262,7 MM obtidos no 4T14 (valor do 4T14 ajustado pelo faturamento centralizado das franquias de R\$2,9 MM).



Em base comparável em 2015, a Receita Líquida dos negócios de locação foi de R\$603,5 MM, superior em 5,5% à Receita Líquida de R\$572,1 MM ocorrida em 2014. Já no 4T15, em bases comparáveis, a Receita Líquida dos negócios de locação (RAC + TF + Franquias) foi de R\$155,0MM, superior em 0,3% aos R\$154,6 MM no 4T14.

6 - CUSTOS E DESPESAS

Em 2015, o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou um crescimento de 7,3% quando comparado a 2014, passando de R\$329,8 MM para R\$354,0 MM, devido aos seguintes fatores: i) aumento de R\$9,8 MM no período do Custo de Pessoal devido à abertura de novas lojas de Aluguel de Carros e de Seminovos e, conseqüentemente, gerando um aumento do número de colaboradores; ii) aumento de R\$8,6 MM nas Despesas de Manutenção e Logística de Veículos numa base comparável (considerando os custos de manutenção e logística de veículos de 2014 ajustados pelos custos do faturamento centralizado de franquias no montante de R\$8,9MM) devido basicamente ao aumento da frota operacional; iii) redução de 3,1% na depreciação e amortização devido ao aumento do preço dos carros novos que impactou diretamente no aumento do preço dos carros seminovos; e iv) aumento de R\$10,8MM em Outros Custos devido ao aumento dos custos de aluguel das lojas, fato este decorrente de um maior número de lojas do RAC e Seminovos, e também devido ao aumento no roubo dos automóveis o que impactou negativamente no custo dos seguros.

No 4T15, o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou um aumento de 0,9% no comparativo com 4T14, passando de R\$85,0 MM para R\$85,8 MM, basicamente pelas mesmas razões já apresentadas no comparativo anual acima e considerando o valor do ajuste nos custos de manutenção e logística de veículos no faturamento centralizado de franquias no montante de R\$2,9 MM no 4T14.

Em 2015, o Custo Total dos Veículos Vendidos cresceu 26,8%, e no 4T15, o Custo dos Veículos Vendidos cresceu 17,3%, devido ao aumento do número de carros vendidos em ambos os períodos.

Como resultado dos fatores expostos acima, no ano de 2015, o Custo Operacional Total cresceu 17,5%, já no 4T15, o Custo Operacional Total cresceu 9,5%.

Custos Operacionais (R\$MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Custo de Pessoal	15,0	10,6	41,5%	50,4	40,6	24,1%
Despesas de Manutenção e Logística de Veículos	28,2	27,3	3,3%	118,5	109,9	7,8%
Depreciação e Amortização	37,7	43,6	(13,5)%	158,1	163,1	(3,1)%
Outros Custos	4,9	3,5	40,0%	27,0	16,2	66,7%
Subtotal Custos	85,8	85,0	0,9%	354,0	329,8	7,3%
Custo dos Veículos Vendidos	108,5	92,5	17,3%	457,5	360,7	26,8%
Custo Operacional Total	194,3	177,5	9,5%	811,5	690,5	17,5%
% da Receita Líquida	70,1%	67,6%	2,5 p.p.	72,2%	69,6%	2,6 p.p.

Em 2015, o total das Despesas Operacionais apresentou uma redução de 2,6%, passando de R\$142,3 MM em 2014 para R\$138,6 MM em 2015, devido aos seguintes fatores: i) redução de R\$6,0 MM nas Despesas Gerais e Administrativas devido a uma redução nas despesas legais com a frota, parcialmente compensado pelo, ii) aumento de R\$4,5 MM nas Despesas Comerciais associadas com o aumento da receita no segmento do lazer no RAC, e iii) pela redução de R\$2,1 MM em Outras Despesas (Receitas) Operacionais devido ao crescimento das receitas operacionais nesta rubrica.

No 4T15, o total das Despesas Operacionais apresentou uma redução de 7,3%, passando de R\$39,9 MM no 4T14 para R\$37,0 MM no 4T15, devido às razões apresentadas no comparativo anual.

Despesas Operacionais (R\$MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Despesas Comerciais	17,4	14,1	23,4%	54,9	50,4	8,9%
Despesas Gerais e Administrativas	18,7	25,1	(25,5)%	79,1	85,1	(7,1)%
Honorários da Administração	0,6	0,7	(14,3)%	2,6	2,7	(3,7)%
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	0,3	-	-	2,0	4,1	(51,2)%
Despesa Operacional Total	37,0	39,9	(7,3)%	138,6	142,3	(2,6)%
% da Receita Líquida	13,3%	15,0%	(1,7) p.p.	12,3%	14,2%	(1,9) p.p.

7 - EBITDA

Em 2015, o EBITDA consolidado apresentou crescimento de 3,7%, passando de R\$332,7 MM em 2014 para R\$345,0MM em 2015.

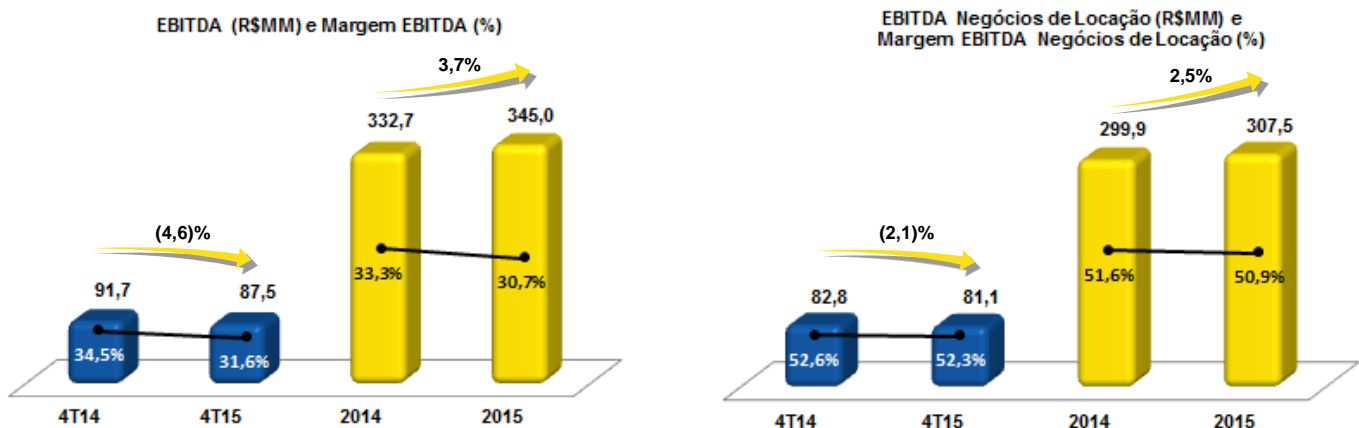
Em 2015, considerando apenas os negócios de Locação (RAC + TF + Franquias), o EBITDA foi de R\$307,5 MM, superior em 2,5% aos R\$299,9 MM auferidos em 2014.

Já no 4T15, o EBITDA Consolidado apresentou uma redução de 4,6%, passando de R\$91,7 MM no 4T14 para R\$87,5MM no 4T15.

O EBITDA dos Negócios de Locação (RAC + TF + Franquias) no trimestre apresentou uma redução de 2,1%, passando de R\$82,8MM no 4T14 para R\$81,1 MM no 4T15.

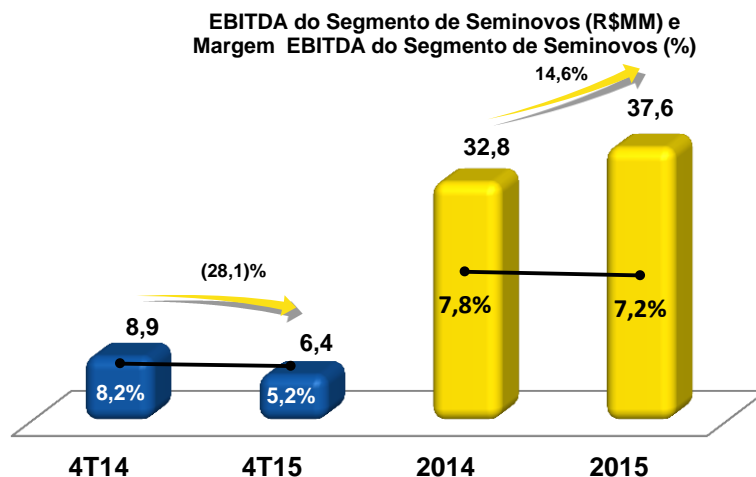
No comparativo entre 2015 e 2014, a margem EBITDA Consolidada caiu 2,6 p.p. e a margem EBITDA dos Negócios de Locação caiu 0,7 p.p. devido essencialmente ao maior crescimento do negócio do RAC, que apresenta margens EBITDA inferiores às do negócio de TF.

Ao compararmos o 4T15 com o 4T14, a margem EBITDA Consolidada caiu 2,9 p.p. para 31,6% no 4T15, e a margem EBITDA dos Negócios de Locação no 4T15 caiu 0,3 p.p. para 52,3%, pela razão acima apresentada.



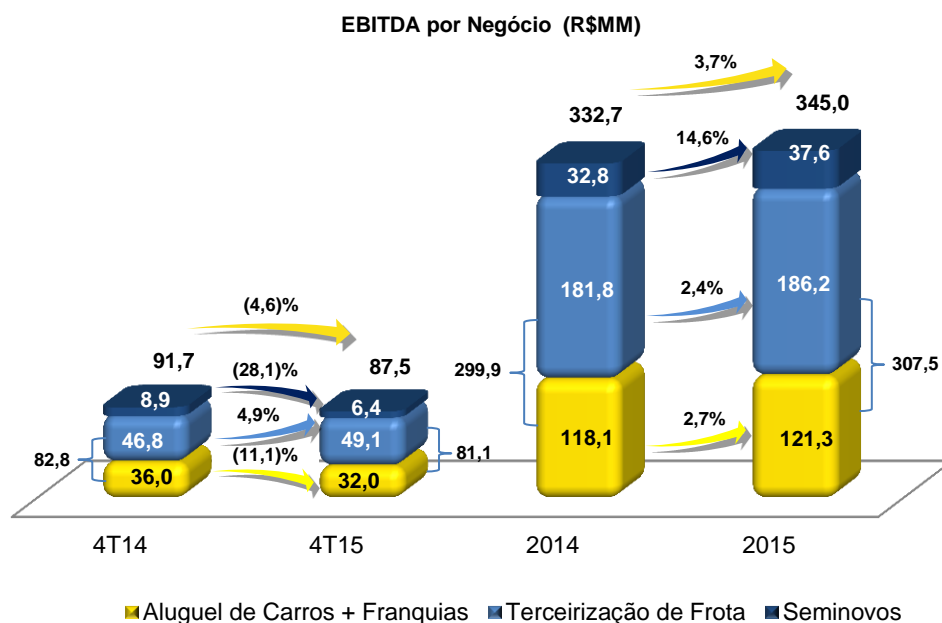
Em 2015, o EBITDA de Seminovos cresceu 14,6% e a margem EBITDA de Seminovos reduziu em 0,6 p.p. para 7,2%. Já no 4T15, o EBITDA de Seminovos reduziu 28,1% e a margem EBITDA de Seminovos reduziu em 3,0 p.p. para 5,2%.

O resultado acumulado de 2015 é reflexo da política conservadora da Companhia na hora de estimar o valor residual dos seus veículos, que considera a totalidade dos custos incorridos pela área de Seminovos.



Em 2015, o EBTIDA do segmento de Aluguel de Carros + Franquias aumentou 2,7%, e a respectiva margem reduziu em 1,6 p.p. para 37,6%. No negócio de Terceirização de Frotas o EBITDA aumentou 2,4%, e a margem EBITDA aumentou em 1,4 p.p. para 66,4%.

No 4T15, o EBTIDA do segmento de Aluguel de Carros + Franquias teve uma redução de 11,1%, e a respectiva margem EBITDA reduziu em 3,9 p.p. para 37,7%. No negócio de Terceirização de Frotas o EBITDA aumentou 4,9%, e a margem EBITDA aumentou em 4,0 p.p. para 70,0%.



Margem EBITDA por Negócio	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Terceirização de Frota	70,0%	66,0%	4,0 p.p.	66,4%	65,0%	1,4 p.p.
Aluguel de Carros + Franquias	37,7%	41,6%	(3,9) p.p.	37,6%	39,2%	(1,6) p.p.
Total Locação	52,3%	52,6%	(0,3) p.p.	50,9%	51,6%	(0,7) p.p.

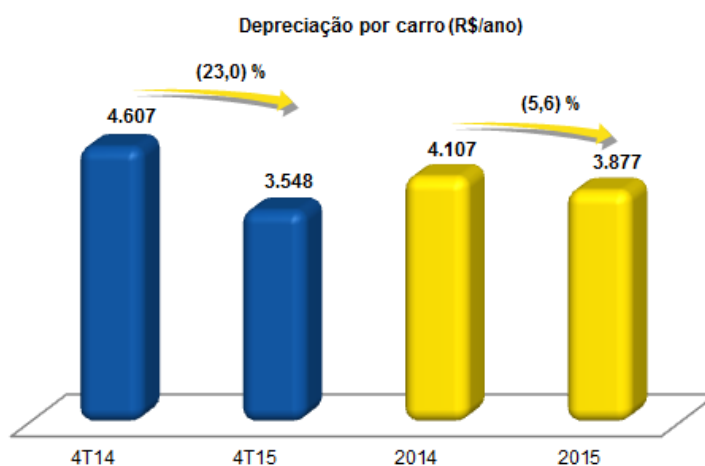
Conforme norma da CVM segue abaixo a tabela com a conciliação do EBITDA da Companhia:

EBITDA (R\$mil)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(=) Lucro Líquido do período	44.578	47.985	44.578	47.985
(+) Impostos sobre os lucros	16.816	15.580	10.550	14.639
(+) Despesas financeiras líquidas	117.839	93.216	120.250	96.257
(+) Depreciação e amortização	164.093	166.427	169.651	173.841
(+) Participação em sociedades controladas	11.343	(20.669)	-	-
(=) EBITDA	354.669	302.539	345.029	332.722
EBITDA de Locação	354.631	269.697	307.478	299.880
Receita líquida de locação	441.545	390.599	603.515	580.988
Margem EBITDA de Locação (%)	80,3%	69,0%	50,9%	51,6%

8 - DEPRECIACÃO

No comparativo entre 2015 e 2014, a depreciação anual média por carro teve uma redução de 5,6%, passando de R\$4.107 para R\$3.877. No comparativo entre o 4T15 e o 4T14, a depreciação anual média por carro teve uma redução de 23,0% passando de R\$4.607 para R\$3.548.

Esta redução deveu-se basicamente ao aumento do preço dos carros novos que impactou positivamente no preço dos carros seminovos.

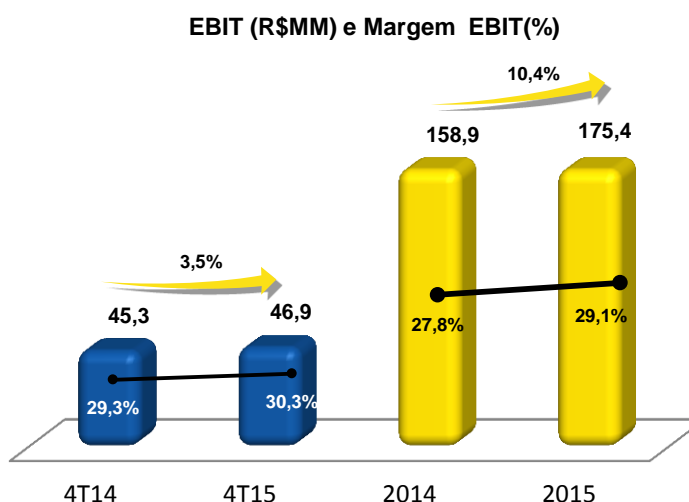


9- EBIT

Em 2015, o EBIT consolidado foi 10,4% superior ao obtido em 2014, passando de R\$158,9 MM para R\$175,4 MM, devido ao aumento do EBITDA e à redução da depreciação média por veículo.

No 4T15, o EBIT consolidado foi de R\$46,9 MM, ou seja, 3,5% superior ao valor obtido no 4T14 que foi de R\$45,3 MM.

EBIT (R\$MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
EBIT	46,9	45,3	3,5%	175,4	158,9	10,4%
Margem EBIT (Sobre Receita de Locação)	30,3%	29,3%	1,0 p.p.	29,1%	27,8%	1,3 p.p.



10- RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro (negativo) aumentou em 27,2% no comparativo entre 2015 e 2014, e no comparativo do 4T15 com o 4T14 em 24,8% devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do CDI médio em 258 bps (*basis points*) no comparativo de 2015 com 2014 e em 299 bps (*basis points*) no comparativo do 4T15 com o 4T14 e; e ao
- Aumento do IPCA em 4,26 p.p. no comparativo anual e de 1,10 p.p. no comparativo entre trimestres.

A Unidas, visando se proteger do risco de perda de rentabilidade nos contratos de Terceirização de Frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operações de *hedge*, chamadas “Call de DI” ou “Swap de Arrendimento”.

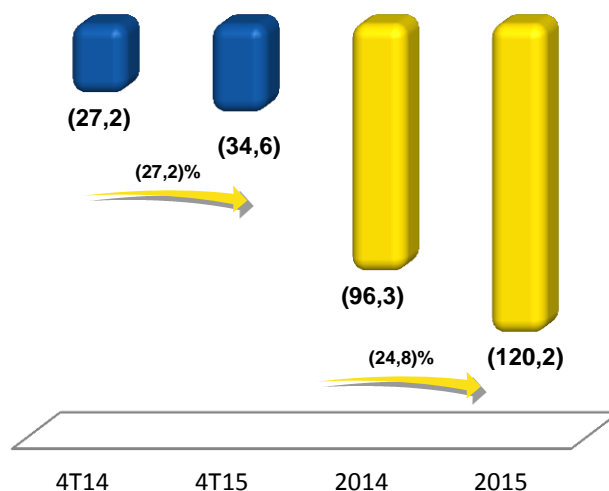
A tabela abaixo demonstra os valores das operações de *hedge* contratadas visando à proteção com relação às variações futuras das taxas de juros:

Banco	Moeda	Operação de Hedge	Início	Vencimento	Valor Nominal R\$ Mil	Prêmio Original R\$ Mil	MTM em 31/12/2015
Itaú	Reais	CDI x Taxa pré	Jun/15 a Nov/15	Mar/2017 a Dez/2018	231.000	1.983	4.670
Santander	Reais	CDI x Taxa pré	Nov/15	Mar/2017	16.000	66	32
Saldo hedge					247.000	2.049	4.702

Desta forma, a piora no resultado financeiro em 2015, devido à elevação das taxas de juros ocorridas no período, foi parcialmente compensada por um crédito no montante de R\$2,6 MM, como resultado da marcação a mercado (MTM) referente às operações de *hedge* contratadas no 3T15 e no 4T15.

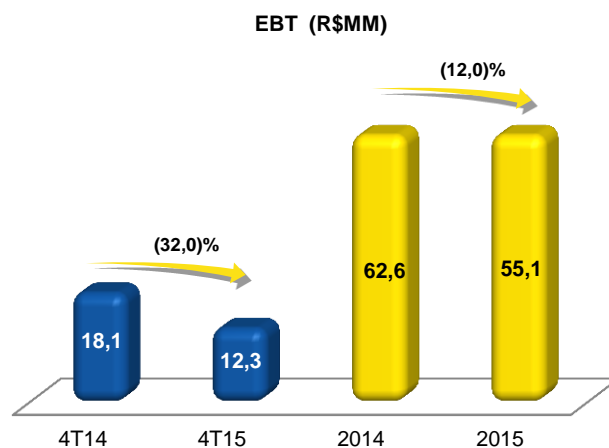
Resultado Financeiro (R\$MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	36,2	3,9	828,2%	119,4	20,9	471,3%
Despesas Financeiras	(70,8)	(31,1)	(127,7)%	(239,6)	(117,2)	(104,4)%
Resultado Financeiro	(34,6)	(27,2)	(27,2)%	(120,2)	(96,3)	(24,8)%

Resultado Financeiro (R\$MM)



11 - EBT

No comparativo de 2015 com 2014, o Lucro Antes de Impostos (EBT) apresentou uma queda de 12,0%, passando de R\$62,6 MM em 2014, para R\$55,1 MM em 2015, devido ao forte crescimento dos custos financeiros. No 4T15, o Lucro Antes de Impostos (EBT) atingiu R\$12,3 MM, resultado este inferior em 32,0% ao obtido no 4T14, devido ao forte impacto da já mencionada elevação das taxas de juros.



12 - RESULTADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, em 11 de dezembro de 2015, a Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto total de R\$25,0 MM.

No comparativo de 2015 com 2014, o Lucro Líquido foi de R\$44,6 MM, representando uma variação negativa de 7,1%, ao compararmos com os R\$48,0 MM obtidos em 2014.

Entretanto, devemos ressaltar que em 2014 tivemos a ocorrência de um evento não recorrente representado pelo reconhecimento dos créditos fiscais relacionados com o prejuízo acumulado da Unidas Locadora, no montante de R\$7,2MM. Assim, em bases comparáveis, o Lucro Líquido de R\$44,6MM em 2015 representa uma elevação de 9,3% em relação ao Lucro Líquido Ajustado de 2014 que foi de R\$40,8MM.

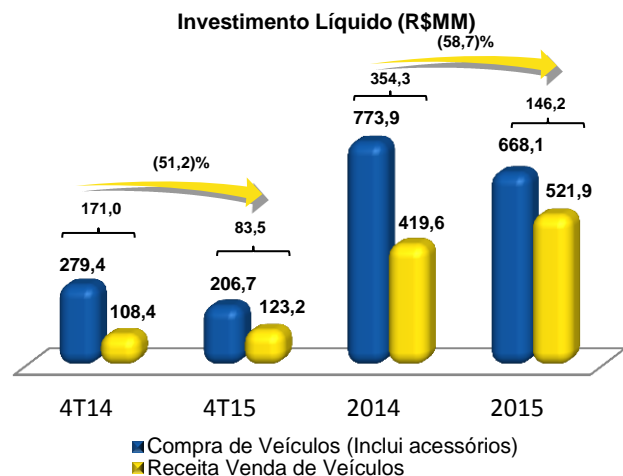
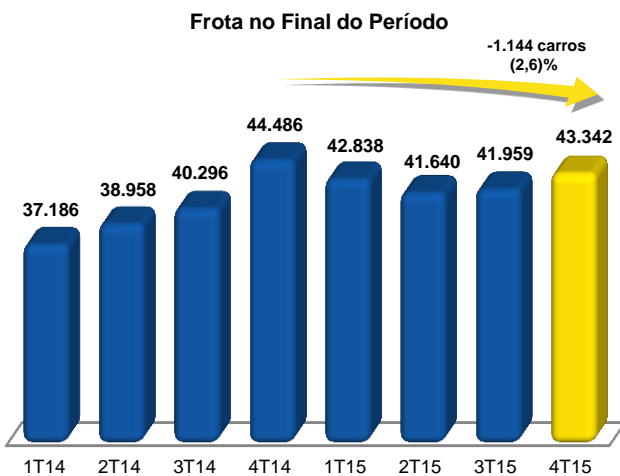
Demonstração do Resultado (R\$MM)	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Receita Líquida	278,2	265,6	4,7%	1.125,4	1.000,6	12,5%
Custos Operacionais	(194,3)	(180,4)	(7,7) %	(811,5)	(699,4)	(16,0) %
Lucro Bruto	83,9	85,2	(1,5)%	313,9	301,2	4,2%
Despesas Operacionais	(37,0)	(39,9)	7,3%	(138,6)	(142,3)	2,6%
Despesas Financeiras Líquidas	(34,6)	(27,2)	(27,2) %	(120,2)	(96,3)	(24,8) %
Lucro antes dos Impostos (EBT)	12,3	18,1	(32,0)%	55,1	62,6	(12,0) %
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	5,0	(0,7)	814,3%	(0,8)	(4,9)	83,7%
Imposto Diferido	(0,9)	(6,1)	85,2%	(9,7)	(9,7)	-
Lucro Líquido do Período	16,4	11,3	45,1%	44,6	48,0	(7,1) %
Lucro Líquido Ajustado	16,4	11,3	45,1%	44,6	40,8	9,3%

A Alíquota do Imposto Corrente (Caixa) da Companhia no comparativo de 2015 com 2014, reduziu em 6,3 p.p., passando de 7,8% em 2014 para 1,5% em 2015, em parte devido à redução na base tributária relacionado com a distribuição do JCP.

13 - FROTA

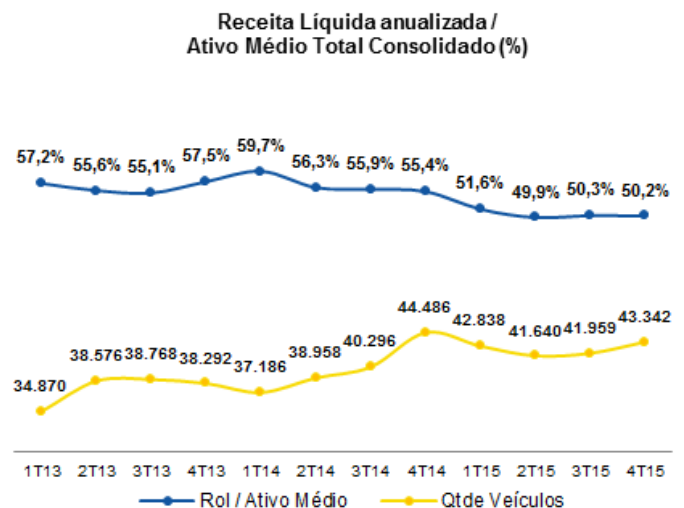
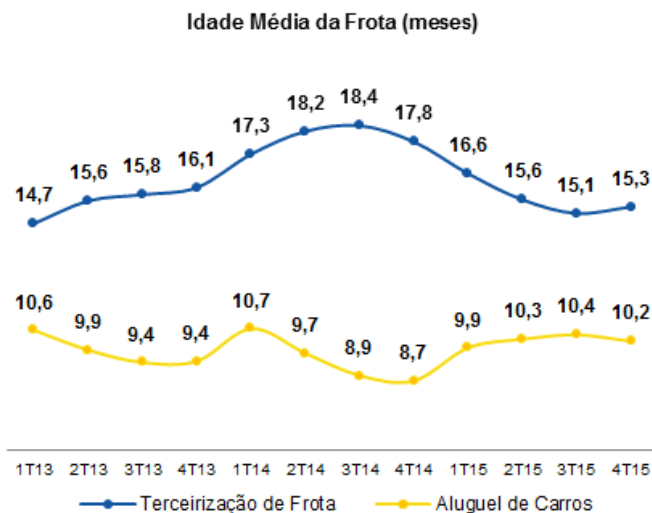
A frota total da Companhia no final do 4T15 atingiu 43.342 veículos, representando uma diminuição de 1.144 carros, ou 2,6%, em relação à posição no final do 4T14. No entanto, conseguimos crescer a frota média operacional em 8,2% e a frota média alugada em 6,6%, refletindo a preocupação da Companhia em rentabilizar o capital investido.

No comparativo entre 2015 com 2014, o investimento líquido ficou em R\$146,2 MM em 2015, inferior em 58,7% ao valor líquido de R\$354,3 MM investido em 2014. No 4T15, o Investimento Líquido em frota ficou em R\$83,5 MM inferior em 51,2% ao valor líquido de R\$171,0 MM investido no 4T14.



Em 2015, o segmento de Terceirização de Frota apresentou uma diminuição na idade média dos veículos da Companhia, devido ao maior número de contratos implantados ao longo do ano. Já a idade média dos veículos do segmento de Aluguel de Carros (RAC) sofreu um aumento devido à antecipação de compras ocorrida no final do ano de 2014 para aproveitar o IPI reduzido da época.

A Receita Líquida anualizada como percentual do Ativo Médio Total (Giro do Ativo) em 2015 reduziu 2,2 p.p., passando de 51,1% em 2014 para 48,9% em 2015. Já no 4T15, a Receita Líquida anualizada como percentual do Ativo Médio Total (Giro do Ativo) se manteve em linha com o 3T15, diminuindo 0,1 p.p., ao compararmos o percentual de 50,2% obtido no 4T15 com o percentual de 50,3% obtido no 3T15.



14 - DÍVIDA

No final do 4T15, o endividamento bruto da Unidas, incluindo os juros e excluindo os custos de captação, atingiu o montante de R\$905,6 MM que, descontando o valor do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, resultaram numa dívida líquida de R\$761,5 MM.

Composição da Dívida em 31/12/15

Instrumento	Custo Médio	Saldo (R\$ MM)	%
2ª Emissão de Debêntures	CDI + 3,25%	173,0	19,1%
3ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	89,4	9,9%
4ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	203,4	22,5%
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,81%	124,7	13,8%
6ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,70%	106,1	11,7%
5ª Emissão de Notas Promissórias	CDI + 2,30%	29,9	3,3%
Capital de Giro	CDI + 1,54%	179,1	19,8%
Total da Dívida Bruta		905,6	100,0%

Cronograma de Amortização Restante¹

	2016	2017	2018	2019
2ª Emissão de Debêntures	(149,2)	-	-	-
3ª Emissão de Debêntures	(34,3)	(34,3)	(17,2)	-
4ª Emissão de Debêntures	(100,0)	(100,0)	-	-
5ª Emissão de Debêntures	-	(40,0)	(40,0)	(40,0)
6ª Emissão de Debêntures	-	(50,0)	(50,0)	-
5ª Emissão de Notas Promissórias	-	(30,0)	-	-
Capital de Giro	(70,0)	(100,0)	-	-
Total da Dívida Bruta	(353,5)	(354,3)	(107,2)	(40,0)

Caixa e Equivalentes de Caixa /
Aplicações Financeiras de Uso Restrito

R\$144,1

Total de Amortização do Principal R\$855,0

Total da Dívida Líquida

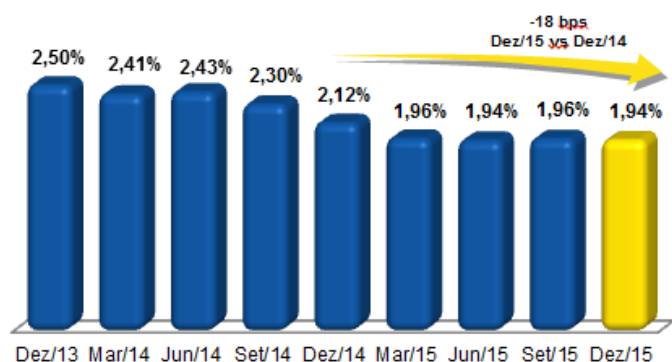
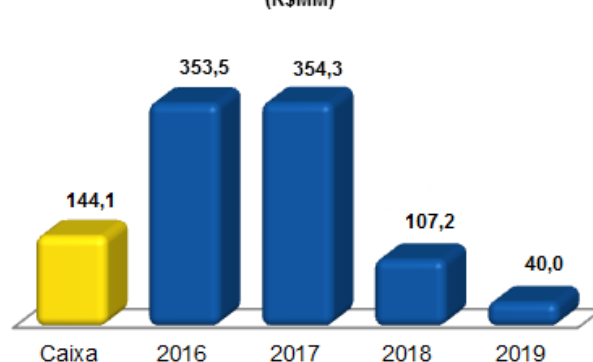
R\$761,5

A Companhia vem trabalhando continuamente para melhorar o seu perfil de dívida, o que vem resultando numa gradual melhora no custo médio de financiamento. O custo marginal da dívida de longo prazo captada em 2015, considerando a 6ª Emissão de Debêntures e 5ª Emissão de Notas Promissórias, foi de 1,80% (ponderado) acima do CDI e conseguimos encerrar 2015 no patamar de CDI + 1,94% para o Custo Médio Anual das Dívidas.

Evento subsequente: Como reflexo desse trabalho, a agência de classificação de risco *Fitch Ratings* elevou, em 04 de fevereiro de 2016, o *rating* corporativo da Companhia e das suas Emissões de Debêntures de A+ (bra) para AA- (bra). Também foi concluído em FEV16 o processo de captação de uma operação de capital de giro (operação 4.131 com *swap*) no montante de R\$60 milhões, pelo prazo de 1 ano e taxa de **CDI + 1,9% a.a.**

Em 31 de dezembro de 2015, a Unidas possuía 41,3% do principal da sua dívida vencendo em 2016, enquanto 58,7% vencendo no período compreendido entre 2017 e 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

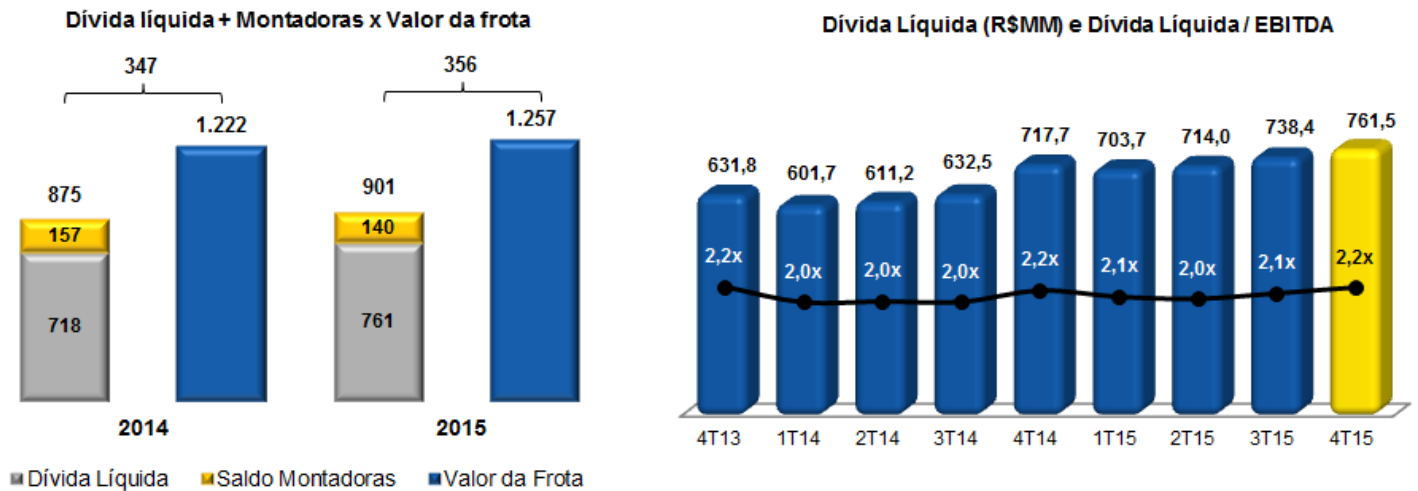
Custo Médio Anual da Dívida (Spread CDI +)

Escalonamento da Amortização do Principal da Dívida (R\$MM)¹

(1) Não considera juros e custos de transação, somente considera o principal.

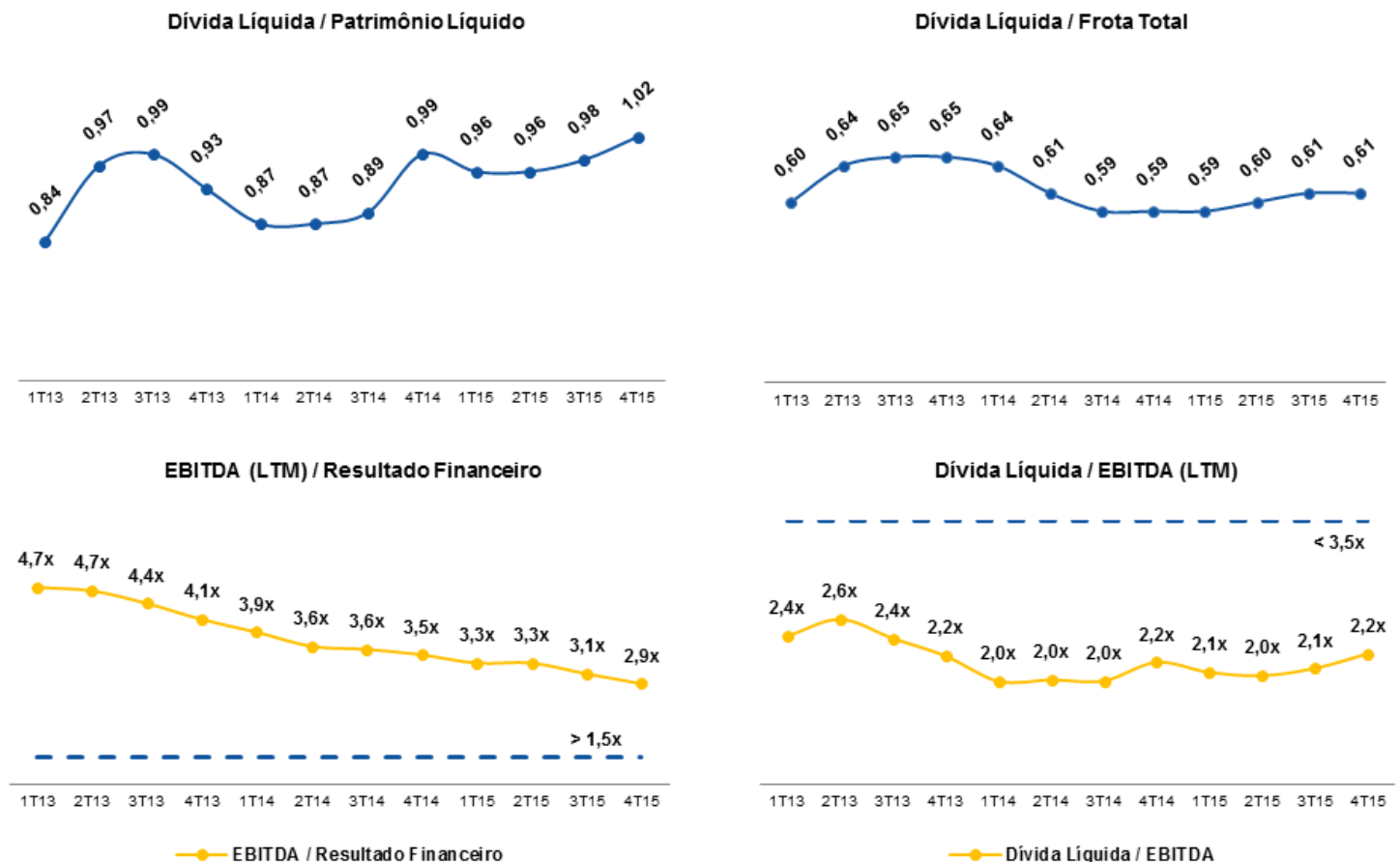
Demonstramos abaixo que o Ativo Imobilizado Líquido da Companhia compensa com folga o seu Endividamento Líquido mais o Passivo Total junto às montadoras.

Quanto ao indicador de Dívida Líquida sobre o EBITDA, conseguimos nos manter no patamar de 2,2x mesmo com o aumento da Dívida Líquida ao longo de 2015.



No final do 4T15, a Companhia não possuía nenhum percentual da sua frota total alienada como garantia de empréstimo e financiamentos, o que confere à Companhia uma grande flexibilidade para ajustar a sua frota e gerar caixa quando necessário.

Abaixo demonstramos alguns indicadores financeiros da Companhia:




15 - DADOS OPERACIONAIS

Dados Operacionais	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Frota Média Operacional						
Terceirização de Frota	17.524	17.735	(1,2)%	17.602	18.003	(2,2)%
Aluguel de Carros	14.933	12.923	15,6%	14.733	12.148	21,3%
Franquias	2.517	2.299	9,5%	2.522	2.054	22,8%
Total	34.974	32.957	6,1%	34.857	32.205	8,2%
Frota Média Alugada						
Terceirização de Frota	17.524	17.735	(1,2)%	17.602	18.003	(2,2)%
Aluguel de Carros	11.560	9.708	19,1%	11.017	9.159	20,3%
Franquias	2.517	2.299	9,5%	2.522	2.054	22,8%
Total	31.601	29.742	6,3%	31.141	29.216	6,6%
Frota no Final do Período						
Terceirização de Frota	20.759	21.434	(3,1)%	20.759	21.434	(3,1)%
Aluguel de Carros	19.296	19.711	(2,1)%	19.296	19.711	(2,1)%
Franquias	3.287	3.341	(1,6)%	3.287	3.341	(1,6)%
Total	43.342	44.486	(2,6)%	43.342	44.486	(2,6)%
Idade Média da Frota em Operação (meses)						
Terceirização de Frota	15,3	17,8	(14,0)%	15,7	18,0	(12,8)%
Aluguel de Carros	10,2	8,7	17,2%	10,2	9,4	8,5%
Franquias	11,6	9,3	24,7%	9,9	10,2	(2,9)%
Total	12,9	13,3	(3,0)%	12,9	14,1	(8,5)%
Carros Comprados						
Carros Comprados – Terceirização de Frota	2.042	3.244	(37,1)%	8.440	7.816	8,0%
Carros Comprados – Aluguel de Carros	3.226	4.280	(24,6)%	9.472	12.828	(26,2)%
Carros Comprados – Franquias	734	892	(17,7)%	1.445	2.276	(36,5)%
Carros Comprados - Total	6.002	8.416	(28,7)%	19.357	22.920	(15,5)%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	33,3	32,4	2,8%	34,9	35,9	(2,8)%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	35,1	32,6	7,7%	34,1	31,6	7,9%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	30,7	29,7	3,4%	31,7	29,7	6,7%
Preço Médio – Total (R\$ mil)	33,9	32,2	5,3%	34,3	32,7	4,9%
Carros Vendidos						
Carros Vendidos – Terceirização de Frota	1.974	1.931	2,2%	10.233	7.976	28,3%
Carros Vendidos – Aluguel de Carros	2.233	1.946	14,7%	8.906	7.362	21,0%
Carros Vendidos – Franquias	197	287	(31,4)%	1.354	1.313	3,1%
Carros Vendidos - Total	4.427	4.164	6,3%	20.516	16.651	23,2%
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	25,7	22,9	12,2%	22,9	24,2	(5,4)%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	29,4	28,5	3,2%	28,5	26,1	9,2%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	25,3	29,5	(14,2)%	25,7	25,2	2,0%
Preço Médio – Total (R\$ mil)	27,6	26,0	6,2%	25,4	25,2	0,8%
Idade Média dos Carros Vendidos (Meses)	24,4	26,0	(6,2)%	27,0	26,6	1,5%

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS EM 31/12/15		
Região Brasil	Segmento	Nº Pontos
Sudeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	55
	Aluguel de Carros - Franquias	42
	Venda de Veículos - Rede Própria	19
	Venda de Veículos - Franquias	16
	Total Sudeste	132
Sul	Aluguel de Carros - Rede Própria	11
	Aluguel de Carros - Franquias	18
	Venda de Veículos - Rede Própria	1
	Venda de Veículos - Franquias	2
	Total Sul	32
Nordeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	20
	Aluguel de Carros - Franquias	16
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Nordeste	37
Centro-Oeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	6
	Aluguel de Carros - Franquias	9
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Centro-Oeste	16
Norte	Aluguel de Carros - Rede Própria	2
	Aluguel de Carros - Franquias	17
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	Total Norte	20
Total		237

CONTATOS

 **GISOMAR MARINHO**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

 Telefones: (11) 3155-4818

 E-mail: ri@unidas.com.br

 Website: www.unidas.com.br

AVISOS

Esse material possui informações resumidas, sem intenção de serem completas. Maiores informações sobre a Unidas, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes a sua atividade podem ser encontradas nas suas informações trimestrais – ITR, demonstrações financeiras e informações públicas.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos dos fatores que irão determinar os valores e resultados futuros estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

ANEXO 1 – RESULTADO POR NEGÓCIO

Resultado Terceirização de Frota (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Receita bruta¹	76.705	77.916	307.429	306.877
Impostos sobre a receita	(6.558)	(7.041)	(26.857)	(27.305)
Receita operacional líquida	70.147	70.875	280.572	279.572
Custos operacionais (ex-depreciação)	(10.116)	(9.787)	(54.800)	(40.368)
Lucro bruto	60.031	61.088	225.772	239.204
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(10.924)	(14.306)	(39.625)	(57.423)
EBITDA	49.107	46.782	186.147	181.781
Margem EBITDA	70,0%	66,0%	66,3%	65,0%

Resultado Aluguel de Carros (RAC+FRANQUIAS) (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Receita bruta¹	92.801	95.139	353.856	330.785
Impostos sobre a receita	(7.946)	(8.513)	(30.913)	(29.369)
Receita operacional líquida	84.855	86.626	322.943	301.416
Custos operacionais (ex-depreciação)	(37.021)	(33.465)	(133.364)	(125.208)
Lucro bruto	47.834	53.161	189.579	176.208
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(15.793)	(17.110)	(68.249)	(58.109)
EBITDA	32.041	36.051	121.330	118.099
Margem EBITDA	37,8%	41,6%	37,6%	39,2%

Resultado Venda de Veículos (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Receita bruta¹	123.518	107.996	522.634	419.832
Impostos sobre a receita	(296)	119	(694)	(229)
Receita operacional líquida	123.222	108.115	521.940	419.603
Custos operacionais (ex-depreciação)	(109.522)	(93.492)	(465.293)	(370.733)
Lucro bruto	13.700	14.623	56.647	48.870
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(7.315)	(5.754)	(19.095)	(16.028)
EBITDA	6.385	8.869	37.552	32.842
Margem EBITDA	5,2%	8,2%	7,2%	7,8%

Resultado Consolidado (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Receita bruta¹	293.024	281.051	1.183.919	1.057.494
Impostos sobre a receita	(14.800)	(15.435)	(58.464)	(56.903)
Receita operacional líquida	278.224	265.616	1.125.455	1.000.591
Custos operacionais (ex-depreciação)	(156.659)	(136.744)	(653.457)	(536.309)
Lucro bruto	121.565	128.872	471.998	464.282
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(34.032)	(37.170)	(126.969)	(131.560)
EBITDA	87.533	91.702	345.029	332.722
Depreciação e amortização	(40.622)	(46.411)	(169.651)	(173.841)
EBIT	46.911	45.291	175.378	158.881
Despesas financeiras, líquidas	(34.617)	(27.211)	(120.250)	(96.257)
EBT	12.294	18.080	55.128	62.624

(1) Receita bruta líquida dos descontos e cancelamentos.

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Resultado Consolidado (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Receita líquida total	278.224	265.616	1.125.455	1.000.591
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos	(194.320)	(180.386)	(811.508)	(699.405)
Lucro bruto	83.904	85.230	313.947	301.186
Comerciais	(17.411)	(14.076)	(54.846)	(50.421)
Gerais e Administrativas	(18.700)	(25.085)	(79.096)	(85.106)
Honorários da administração	(609)	(683)	(2.612)	(2.683)
Outras receitas (despesas) operacionais	(273)	(95)	(2.015)	(4.095)
Total despesas operacionais	(36.993)	(39.939)	(138.569)	(142.305)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	46.911	45.291	175.378	158.881
Receitas financeiras	36.215	3.881	119.375	20.984
Despesas financeiras	(70.832)	(31.092)	(239.625)	(117.241)
Resultado financeiro líquido	(34.617)	(27.211)	(120.250)	(96.257)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros (EBT)	12.294	18.080	55.128	62.624
Imposto corrente	4.968	(737)	(828)	(4.910)
Imposto diferido	(891)	(6.076)	(9.722)	(9.729)
Lucro líquido do período	16.371	11.267	44.578	47.985

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO (R\$mil)	4T15	4T14
CIRCULANTE	542.111	432.453
Caixa e equivalentes de caixa	100.200	33.673
Aplicações financeiras	43.921	58.615
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	11.149	-
Contas a receber	229.226	224.845
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.409	5.214
Despesas antecipadas	3.635	3.561
Veículos destinados à venda	134.705	100.929
Outros créditos	4.866	5.616
NÃO CIRCULANTE	1.361.977	1.330.397
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	1.098	-
Contas a receber	20.297	-
Impostos e contribuições sociais a compensar	3.024	3.024
Impostos diferidos	74.470	84.192
Depósitos judiciais	25.667	21.923
Outros créditos	4.739	103
Imobilizado	1.155.231	1.140.625
Intangíveis	77.451	80.530
TOTAL DO ATIVO	1.904.088	1.762.850
PASSIVO (R\$mil)	4T15	4T14
CIRCULANTE	631.694	462.940
Fornecedores	89.117	77.572
Empréstimos	88.998	40.809
Debêntures e notas promissórias	326.337	216.849
Securitização de contas a pagar	73.417	97.928
Imposto de renda e contribuição social a recolher	193	672
Tributos a recolher	2.167	2.373
Salários e encargos a pagar	7.236	7.901
Juros sobre capital próprio propostos	23.697	-
Débitos com partes relacionadas	-	1.504
Adiantamentos de clientes	9.052	6.454
Outras contas a pagar e provisões	11.480	10.878
NÃO CIRCULANTE	527.434	575.392
Empréstimos	102.336	-
Debêntures e notas promissórias	400.162	552.309
Provisão para riscos e discussões judiciais	24.936	23.083
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	744.960	724.518
Capital social	744.025	744.025
Reserva de opções	3.566	2.702
Reserva de capital	-	33.431
Prejuízos acumulados	-2.631	-55.640
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.904.088	1.762.850

ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO PERÍODO

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$mil)	4T15	4T14	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa - Inicial	65.267	122.852	33.673	210.794
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	16.371	11.267	44.578	47.985
(+) Despesas não caixa	212.442	153.250	769.744	649.223
Variações nos ativos	(15.039)	1.721	(33.700)	(28.609)
Variações nos passivos	11.791	6.602	3.714	5.697
Aquisição de veículos, líquida do saldo a pagar a montadora de veículos	(178.439)	(231.479)	(684.716)	(642.116)
Aquisição de acessórios para veículos	(1.730)		(6.568)	
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	45.396	(58.639)	93.052	32.180
Fluxo de caixa dos investimentos				
Aquisição de outros imobilizados	(2.928)	3.369	(8.185)	(7.485)
Adição ao intangível	(828)	(613)	(3.068)	(2.664)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	20.270	10.572	14.694	(7.685)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	16.514	13.328	3.441	(17.834)
Fluxo de caixa dos financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos	130.000	(43.868)	300.000	(191.467)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(156.977)		(329.966)	
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(26.977)	(43.868)	(29.966)	(191.467)
(=) Fluxo de caixa do período	34.933	(89.179)	66.527	(177.121)
Caixa e equivalentes de caixa - Final	100.200	33.673	100.200	33.673

ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE (FCL)

Caixa livre gerado - R\$ Mil	2012	2013	2014	2015
Operações				
EBITDA	205.129	284.992	332.722	345.029
Ajustes de Despesas Não Caixa	6.736	(1.857)	(5.857)	7.993
Receita na venda dos carros líquida de impostos	(276.427)	(311.981)	(418.223)	(517.767)
Custo depreciado dos carros baixados	249.269	277.940	363.715	457.464
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.629)	(8.981)	(5.354)	(6.171)
Variação do capital de giro	(11.783)	(32.917)	(20.535)	(23.815)
Caixa livre gerado pelas operações de aluguel	170.295	207.196	246.468	262.733
CAPEX Renovação				
Receita na venda dos carros líquida de impostos	276.427	311.981	418.223	517.767
Investimento em carros para renovação da frota	(427.514)	(512.638)	(773.855)	(674.323)
Investimento líquido para renovação da frota	(151.087)	(200.657)	(355.632)	(156.556)
Investimentos, outros imobilizados e intangíveis	(23.761)	(219.967)	(10.149)	(11.253)
Caixa livre gerado antes do crescimento e juros	(4.553)	(213.428)	(119.313)	94.924
CAPEX Crescimento				
Variação na conta de fornecedores de carros	3.782	(4.394)	131.739	(16.961)
Crescimento da frota	3.782	(4.394)	131.739	(16.961)
Caixa livre antes dos juros	(771)	(217.822)	12.426	77.963

Demonstrações Financeiras

Unidas S.A. e Empresas Controladas

31 de dezembro de 2015 e 2014

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório da administração
Comentário de desempenho
Balancos patrimoniais
Demonstrações de resultados
Demonstrações de resultados abrangentes
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Demonstrações do valor adicionado
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Relatório dos auditores independentes
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	98.881	31.666	100.200	33.673
Aplicações financeiras (Nota 12)	43.921	58.615	43.921	58.615
Instrumentos financeiros - <i>swap</i> (Nota 23)	11.149	-	11.149	-
Contas a receber (Nota 13)	119.205	119.241	229.226	224.845
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 14)	13.587	5.194	14.409	5.214
Despesas antecipadas (Nota 15)	3.632	3.561	3.635	3.561
Créditos com partes relacionadas (Nota 16)	135.611	94.759	-	-
Veículos destinados a venda (Nota 18)	132.595	100.929	134.705	100.929
Outros créditos	4.255	4.849	4.866	5.616
Total do ativo circulante	562.836	418.814	542.111	432.453
Ativo não circulante				
Instrumentos financeiros – <i>swap</i> (Nota 23)	1.098	-	1.098	-
Contas a receber (Nota 13)	19.074	-	20.297	-
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 14)	2.076	2.076	3.024	3.024
Impostos diferidos (Nota 25)	61.691	78.507	74.470	84.192
Depósitos judiciais (Nota 26)	24.990	21.239	25.667	21.923
Outros créditos	4.729	92	4.739	103
Investimentos (Nota 17)	42.586	53.841	-	-
Imobilizado (Nota 19)	1.140.292	1.128.166	1.155.231	1.140.625
Intangíveis (Nota 20)	77.353	80.401	77.451	80.530
Total do ativo não circulante	1.373.889	1.364.322	1.361.977	1.330.397
Total do ativo	1.936.725	1.783.136	1.904.088	1.762.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 21)	80.303	69.396	89.117	77.572
Empréstimos (Nota 23)	88.998	40.809	88.998	40.809
Debêntures e notas promissórias (Nota 24)	326.337	216.849	326.337	216.849
Securitização de contas a pagar (Nota 22)	73.417	97.928	73.417	97.928
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	193	672
Tributos a recolher	1.401	1.104	2.167	2.373
Salários e encargos a pagar	3.304	4.515	7.236	7.901
Juros sobre capital próprio propostos (Nota 27e)	23.697	-	23.697	-
Débitos com partes relacionadas (Nota 16)	46.159	30.593	-	1.504
Adiantamentos de clientes	9.052	6.037	9.052	6.454
Provisão para perda com investimento (Nota 17)	8.019	7.932	-	-
Outras contas a pagar e provisões	6.340	10.474	11.480	10.878
Total do passivo circulante	667.027	485.637	631.694	462.940
Passivo não circulante				
Empréstimos (Nota 23)	102.336	-	102.336	-
Debêntures e notas promissórias (Nota 24)	400.162	552.309	400.162	552.309
Provisão para riscos e discussões judiciais (Nota 26)	22.240	20.672	24.936	23.083
Total do passivo não circulante	524.738	572.981	527.434	575.392
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 27a)	744.025	744.025	744.025	744.025
Reserva de opções (Nota 28)	3.566	2.702	3.566	2.702
Reserva de capital (Nota 27b)	-	33.431	-	33.431
Prejuízos acumulados	(2.631)	(55.640)	(2.631)	(55.640)
Total do patrimônio líquido	744.960	724.518	744.960	724.518
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.936.725	1.783.136	1.904.088	1.762.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida (Nota 29)	959.375	807.797	1.125.455	1.000.591
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota (Nota 30)	(683.087)	(576.511)	(811.508)	(699.405)
Lucro bruto	276.288	231.286	313.947	301.186
Comerciais (Nota 31)	(27.564)	(24.524)	(54.846)	(50.421)
Gerais e administrativas (Nota 32)	(54.758)	(65.149)	(79.096)	(85.106)
Honorários da administração (Nota 33)	(2.096)	(1.890)	(2.612)	(2.683)
Equivalência patrimonial (Nota 17)	(11.343)	20.669	-	-
Outras despesas operacionais líquidas	(1.294)	(3.611)	(2.015)	(4.095)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	179.233	156.781	175.378	158.881
Despesas financeiras (Nota 34)	(235.790)	(113.279)	(239.625)	(117.241)
Receitas financeiras (Nota 35)	117.951	20.063	119.375	20.984
Resultado financeiro	(117.839)	(93.216)	(120.250)	(96.257)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	61.394	63.565	55.128	62.624
Imposto corrente (Nota 25)	-	-	(828)	(4.910)
Imposto diferido (Nota 25)	(16.816)	(15.580)	(9.722)	(9.729)
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985	44.578	47.985
Resultado por ação – básico (em R\$) (Nota 27d)	0,82	0,89	0,82	0,89
Resultado por ação – diluído (em R\$) (Nota 27d)	0,81	0,87	0,81	0,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	44.578	47.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado				
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva de capital – ágio	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2014	744.025	2.060	33.431	(103.625)	675.891
Remuneração com base em ações	-	642	-	-	642
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.985	47.985
Saldos em 31 de dezembro de 2014	744.025	2.702	33.431	(55.640)	724.518
Remuneração com base em ações	-	864	-	-	864
Absorção de reserva de capital	-	-	(33.431)	33.431	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44.578	44.578
Saldos em 31 de dezembro de 2015	744.025	3.566	-	(2.631)	744.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985	44.578	47.985
Depreciação e amortização	166.236	165.959	169.651	170.864
Alienação do intangível	-	5	-	-
Provisão de veículos roubados e sinistrados	13.158	5.465	13.158	5.465
Valor residual dos veículos destinados a venda e de outros ativos imobilizados	453.370	361.009	457.464	363.715
Equivalência patrimonial	11.343	(20.669)	-	-
Provisão (reversão) para riscos e discussões judiciais	1.568	(575)	1.852	(520)
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(12.336)	(11.804)	(7.876)	(11.444)
Despesa de <i>stock options</i>	864	642	864	642
Variações cambiais e monetárias, líquidas	13.074	772	13.074	772
Despesas com juros, líquidas	111.007	105.086	111.007	105.090
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	-	828	4.910
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	16.816	15.580	9.722	9.729
	819.678	669.455	814.322	697.208
Aumento das contas a receber	(6.702)	(4.018)	(16.802)	(40.344)
(Aumento) redução em impostos e contribuições sociais a compensar	(8.393)	4.088	(9.195)	4.868
Aumento (redução) em outros ativos circulantes e não circulantes	(48.716)	30.776	(7.704)	6.867
Aumento em fornecedores (exceto montadoras de veículos)	3.357	4.465	3.995	7.913
Redução (aumento) em imposto de renda e contribuição a recolher	2.634	260	3.561	(123)
Aumento (redução) em tributos a recolher	297	236	(206)	(573)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais a pagar, adiantamentos de clientes, débitos com partes relacionadas e outros passivos circulantes e não circulantes, exceto títulos a pagar	14.738	(30.819)	2.535	3.834
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.937)	(2.183)	(6.169)	(5.354)
Aquisição de veículos, líquido do saldo a pagar	(678.521)	(632.771)	(684.716)	(633.774)
Aquisição de acessórios para veículos	(6.398)	(8.216)	(6.568)	(8.342)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	88.037	31.273	93.052	32.180
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de outros imobilizados	(2.486)	(2.830)	(8.185)	(7.485)
Adição ao intangível	(3.064)	(2.637)	(3.068)	(2.664)
Aplicação (resgate) de títulos e valores mobiliários	14.694	(7.685)	14.694	(7.685)
Caixa proveniente da incorporação de controlada	-	817	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	9.144	(12.335)	3.441	(17.834)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Mútuo com partes relacionadas	(1.504)	(2.052)	(1.504)	(2.052)
Empréstimos, debêntures e notas promissórias captados	300.000	160.000	300.000	160.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(229.942)	(253.609)	(229.942)	(253.609)
Pagamento de juros	(98.520)	(95.806)	(98.520)	(95.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(29.966)	(191.467)	(29.966)	(191.467)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	67.215	(172.529)	66.527	(177.121)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.666	204.195	33.673	210.794
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.881	31.666	100.200	33.673
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa	67.215	(172.529)	66.527	(177.121)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Receita bruta de locação e venda de veículos	1.028.543	872.019	1.235.794	1.095.145
Descontos e cancelamentos	(23.817)	(24.045)	(51.875)	(37.651)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e perda com incobráveis	(11.960)	(11.812)	(16.754)	(16.045)
	992.766	836.162	1.167.165	1.041.449
Insumos adquiridos de terceiros (inclui icms, pis e cofins)				
Custos dos aluguéis	(71.685)	(71.730)	(133.049)	(132.748)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.857)	(29.691)	(29.117)	(36.663)
Comerciais e publicidade	(10.991)	(12.712)	(28.534)	(34.376)
Valor residual dos veículos destinados a venda	(453.370)	(360.835)	(457.464)	(363.508)
	(556.903)	(474.968)	(648.164)	(567.295)
Valor adicionado bruto	435.863	361.194	519.001	474.154
Depreciação e amortização	(166.236)	(165.959)	(169.651)	(170.864)
Alienação do intangível	-	(5)	-	-
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(13.158)	(5.465)	(13.158)	(5.465)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	256.469	189.765	336.192	297.825
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(11.343)	20.669	-	-
Receitas financeiras	117.951	20.063	119.375	20.984
Valor adicionado recebido em transferência	106.608	40.732	119.375	20.984
Valor adicionado total a distribuir	363.077	230.497	455.567	318.809
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	32.240	23.992	67.285	52.451
Benefícios	5.732	5.272	16.279	15.275
FGTS	1.290	1.301	3.443	3.205
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	34.641	31.444	48.119	51.271
Estaduais	-	-	37	-
Municipais	343	220	510	361
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	119.510	102.689	119.953	102.828
Aluguéis	8.463	6.951	35.691	30.936
Despesas de Swap	45.943	321	45.943	321
Variações monetárias e cambiais passivas	65.702	480	65.703	480
Outras despesas financeiras	4.635	9.842	8.026	13.696
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985	44.578	47.985
Valor adicionado total distribuído	363.077	230.497	455.567	318.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unidas S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Unidas S.A. (a seguir designada “Companhia” ou “Unidas”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em São Paulo – SP, na rua Cincinato Braga, 388 – Bela Vista.

A Companhia tem por objeto social: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas da Companhia societário ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia vende seus veículos usados.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura da Companhia incluindo seus franqueados, era composta de: 237 pontos de atendimento, dos quais 94 eram lojas próprias de aluguel de carros e 20 lojas próprias de venda de seminovos, ambos operados pela Unidas e 123 empresas franqueadas, sendo 102 lojas de aluguel de carros e 21 lojas de vendas de seminovos. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela controlada Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota total no final do exercício da Unidas era composta por: 43.342 veículos (44.486 veículos em 31 de dezembro de 2014), sendo 20.759 no negócio de aluguel e administração de frotas (“fleet”) e 22.583 pertencentes ao negócio de locação de veículos (“rent a car” ou “RAC”). A frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através de 41 lojas (próprias e franqueadas) de alienação de veículos para renovação da frota, localizadas em 8 Estados do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação. A frota do “fleet” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 48 meses.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015 foi negativo na controladora e no consolidado, em R\$ 102.460 e R\$ 87.852, respectivamente (R\$ 66.823 e R\$ 30.487 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que esta posição reflete uma situação temporária e não se trata de um item significativo, uma vez que não deixará de honrar com suas obrigações, sejam de

curto ou de longo prazo. Nesse sentido, a Administração vem atuando intensamente no processo de alongamento do prazo médio da dívida, na preservação da liquidez e no aumento da geração de caixa.

2 Incorporação de controlada

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2014, a Companhia incorporou os saldos da empresa Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos e passivos incorporados:

31/01/2014	
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	817
Contas a receber	18.039
Impostos e contribuições sociais a compensar	10
Despesas antecipadas	378
Créditos com empresas ligadas	41.927
Outros créditos	367
Total do ativo circulante	61.538
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	5
Imobilizado	103.329
Intangível	17
Total do ativo não circulante	103.351
Total do ativo	164.889

31/01/2014	
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores	636
Tributos a recolher	1.922
Salários e encargos a pagar	302
Débitos com empresas ligadas	344
Adiantamentos de clientes	2.357
Outras contas a pagar e provisões	85
Total do passivo circulante	5.646
Passivo não circulante	
Impostos diferidos passivo	5.734
Total do passivo não circulante	5.734
Patrimônio líquido	
Capital social	130.000
Lucros acumulados	23.509
Total do patrimônio líquido	153.509
Total do passivo e do patrimônio líquido	164.889

O processo de incorporação foi concluído em 31 de janeiro de 2014, com a emissão do laudo contábil preparado por avaliador especializado e independente.

A incorporação, nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1.976, teve por objetivo melhorar a sinergia na terceirização de frota executiva e reforçar a presença em clientes corporativos no segmento de alto padrão.

3 Bases de consolidação

As informações consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

Empresas	Participação %		Atividade principal	Localização
	Direta	Indireta		
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99	-	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99	-	Locação de veículos – “Rent a Car”	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	-	99,99	Locação de Veículos e Terceirização de frotas	São Paulo

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Reclassificação

A Companhia efetuou a reclassificação no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 da rubrica de Outras contas a pagar e provisões para Securitização de contas a pagar no montante de R\$ 97.928, em conformidade com o Ofício Circular CVM nº. 01/2016. A Companhia não possuía operações de securitização de contas a pagar em 31 de dezembro de 2013.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 11 de março de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 8 e 9, respectivamente.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Contas a receber (movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”));
- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda (provisão para veículos roubados e sinistrados e definição do valor residual);
- Nota explicativa 19 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual);
- Nota explicativa 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Notas explicativa 26 – Provisão para riscos e discussões judiciais.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 19 – Imobilizado;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Nota explicativa 18 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 19 – Imobilizado;
- Nota explicativa 28 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 36 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

8 Mudanças nas políticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e controladas, desta forma, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 9 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo:

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para imparidade. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

ii. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

ii. Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

iii. Tributação sobre as receitas

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social - PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,60%).

As receitas decorrentes da venda de veículos são exclusivamente sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando os veículos são vendidos em menos de 12 meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

As respectivas receitas se apresentam líquidas dos referidos encargos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por imparidade em ativos financeiros (que não contas a receber).

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e condições de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço e condições de desempenho na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

f. Veículos destinados à venda

O estoque de veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor. São classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio do uso contínuo. Esta condição é considerada cumprida quando a venda for provável e o veículo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Esses bens não são depreciados.

g. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (imparidade).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens (exceção ao item veículos). A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os veículos destinados à locação são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada mensalmente, e ajustada quando aplicável. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos aluguéis e veículos vendidos, e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil dos ativos), são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

As vidas úteis médias estimadas nos exercícios de 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

• Veículos	1,5 a 3 anos
• Acessórios	1,5 a 3 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
• Outros ativos	5 anos
• Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangíveis

i. Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis médias estimadas exercícios de 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

• Software	5 anos
• Direito de uso de marcas	7 anos
• Acordo de não competição	5 anos
• Carteira de clientes	11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais

sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

v. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

j. Redução ao valor recuperável (imparidade)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de imparidade.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a mesma não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira, quando materiais.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é mais provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A

despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

I. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os ativos mantidos sob arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como divulgação suplementar abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos	(661.560)	(764.428)	(667.755)	(765.513)
Total de aquisições de veículos				
Saldo inicial do exercício (*)	(156.694)	(24.861)	(156.694)	(24.955)
Saldo final do exercício (*)	(139.733)	(156.518)	(139.733)	(156.694)
	(16.961)	131.657	(16.961)	131.739
Caixa pago na aquisição de veículos	(678.521)	(632.771)	(684.716)	(633.774)

(*) O saldo inicial e final do exercício trata-se da soma das linhas de fornecedores - montadoras de veículos (Nota explicativa 21), e securitização de contas a pagar (Nota explicativa 22).

10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 16 – Arrendamentos

A IFRS 16 exige uma entidade a reconhecer que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá a IAS 17 – Arrendamentos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	3.578	4.698	2.773	5.119
Investimentos financeiros:				
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	22.183	21.489	22.183	21.587
Debêntures compromissadas	71.289	5.611	72.975	7.101
Fundo de investimento	2.043	-	2.478	-
(-) Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	(212)	(132)	(209)	(134)
	98.881	31.666	100.200	33.673

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado de até 101% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (até 100% em 31 de dezembro de 2014), e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

As debêntures compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra por parte dos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas e prazos pré-determinados.

Parte dos títulos relativos às debêntures compromissadas estão classificados como "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem prazo de carência inferior a 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 36.

12 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimento	43.921	58.615	43.921	58.615
	43.921	58.615	43.921	58.615

Refere-se a fundo de investimento, que reflete as condições usuais de mercado, e na data do Balanço Patrimonial, possui liquidez imediata desde que seja repostado de acordo com o que determina o agente fiduciário, e não possui risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remunerado com taxas de até 100% do CDI, e mensurado ao valor justo em contrapartida do resultado. Esse fundo é destinado ao pagamento do serviço da dívida das emissões de debêntures da Companhia, apresentadas na nota explicativa 24.

13 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Locações	101.648	90.212	187.232	159.181
A faturar	5.439	4.523	38.077	43.858
Carros alienados para renovação da frota	34.892	40.542	35.063	40.542
Outros valores a receber	-	-	15	4
	141.979	135.277	260.387	243.585
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(3.700)	(16.036)	(10.864)	(18.740)
	138.279	119.241	249.523	224.845
Ativo circulante	119.205	119.241	229.226	224.845
Ativo não circulante	19.074	-	20.297	-

A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A faturar	3.446	4.523	36.095	43.858
Faturados:				
A vencer	84.917	54.359	127.613	90.806
Vencidos				
1 a 30 dias	12.057	12.651	23.298	22.345
31 a 60 dias	5.968	10.096	9.803	14.032
61 a 90 dias	3.496	4.266	5.188	7.107
91 a 120 dias	3.242	4.988	4.610	7.236
121 a 365 dias	18.218	24.465	34.527	34.607
Vencidos há mais de 1 ano	10.635	19.929	19.253	23.594
	141.979	135.277	260.387	243.585

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos no início do exercício	(16.036)	(27.840)	(18.740)	(30.184)
Constituição da perda estimada (a)	(5.582)	(5.652)	(10.444)	(9.748)
(-) Reversões	17.918	17.456	18.320	21.192
Saldo no final do exercício	(3.700)	(16.036)	(10.864)	(18.740)

- (a) A constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, incluindo principalmente saldos vencidos há mais de um ano, análise do histórico de perda, análise individual de determinados clientes e cobranças em discussão judicial.

14 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF sobre serviços prestados	131	52	131	52
IRRF sobre aplicações financeiras	8.999	4.028	9.011	4.039
IRPJ a compensar	2.730	441	3.325	447
CSLL a compensar	1.518	46	1.732	46
INSS a compensar	-	572	-	572
PIS/COFINS (a)	2.109	2.076	3.059	3.025
Outros	176	55	175	57
	15.663	7.270	17.433	8.238
Ativo circulante	13.587	5.194	14.409	5.214
Ativo não circulante	2.076	2.076	3.024	3.024

- (a) Os créditos de PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se, principalmente, ao registro de créditos extemporâneos sobre gastos com publicidade e propaganda, despesas com terceirização de serviços de tecnologia da informação e benefícios à empregados.

15 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	597	1.455	597	1.455
Seguros obrigatórios e licenciamentos de veículos	695	638	695	638
Gastos com preparação de veículos usados	1.351	1.210	1.351	1.210
Despachantes	584	-	584	-
Outras	405	258	408	258
	3.632	3.561	3.635	3.561

16 Divulgações sobre partes relacionadas

Controladas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3, a Companhia possui as seguintes controladas:

- Unidas Locadora de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio “rent a car” ou “RAC”. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2015 e 2014;
- Unidas Comercial de Veículos Ltda.
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de carros alienados para renovação da frota que os clientes oferecem como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Comercial de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2015 e 2014;

- Unidas Franquias do Brasil S.A.
Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de veículos Ltda. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Acionistas

- Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A.
A Principal, empresa sediada em Portugal, detém participação societária de 34,7% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2015;
- SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
A SAG GEST, empresa sediada em Portugal, detinha participação societária de 32,8% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2014, e em 22 de dezembro de 2015 transferiu à Principal a totalidade de sua participação societária na Companhia;
- Novinela BV.
Sediada na Holanda, subsidiária da SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. A Novinela BV detinha participação societária de 1,9% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2014, e em 22 de dezembro de 2015 transferiu à Principal a totalidade de sua participação societária na Companhia;
- Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações e o Kinea Co-Investimento II.
Empresas sediadas no Brasil, que detém, respectivamente, participação societária de 5,4% e 16,3% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2015 e 2014. São empresas geridas pela Kinea, Investimentos Ltda., uma empresa de investimentos alternativos do Grupo Itaú com gestão e operação independentes;
- Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações
Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O Vinci Capital Partners é gerido pela Vinci Partners Investimentos Ltda., empresa independente com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira;
- GIF IV Fundo de Investimento em Participações.
Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O GIF IV Fundo de Investimento em Participações é gerido pela Gávea Investimentos Ltda.

Os saldos e transações realizadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ano	Receitas	Custos	Valores a receber	Valores a pagar
Controladas					
Unidas Locadora de Veículos Ltda. (a)	31/12/2015	220.260	(17.994)	118.342	24.616
	31/12/2014	163.307	(8.575)	79.106	9.851
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	31/12/2015	-	-	9.928	-
	31/12/2014	2	-	8.334	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	31/12/2015	116	-	7.341	21.543
	31/12/2014	95	-	7.319	19.238
Controladora e empresas ligadas					
SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. (d)	31/12/2015	-	-	-	-
	31/12/2014	-	-	-	1.504
Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A. (e)	31/12/2015	-	-	-	7.385
	31/12/2015	-	-	-	1.359
Kinea I Private Equity FIP (e)	31/12/2015	-	-	-	4.079
Kinea Co-Investimento II FIP (e)	31/12/2015	-	-	-	5.437
Vinci Capital Partners II FIP (e)	31/12/2015	-	-	-	5.437
GIF IV FIP (e)	31/12/2015	-	-	-	5.437
Consolidado	31/12/2015	-	-	-	23.697
	Circulante	-	-	-	-
	31/12/2014	-	-	-	1.504
	Circulante	-	-	-	1.504
Controladora	31/12/2015	220.376	(17.994)	135.611	69.856
	Circulante	-	-	135.611	69.856
	31/12/2014	163.404	(8.575)	94.759	30.593
	Circulante	-	-	94.759	30.593

- (a) O saldo a receber refere-se a locação de veículos e despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada e sem remuneração, que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela Controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se a receitas de locação e custos indiretos.
- (b) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente.
- (c) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se ao repasse dos custos indiretos da Companhia para a Controlada Indireta, tais como despesas com pessoal, ocupação e serviços terceirizados.
- (d) O saldo a pagar refere-se a captação de empréstimos com a ex-controladora SAG GEST, captado em 29 de julho de 2013, sem incidência de juros, nem sujeito a variação cambial em Euro. O empréstimo foi liquidado em 30 de setembro de 2015.
- (e) O saldo refere-se à Juros sobre capital próprio propostos, aprovados em 11 de dezembro de 2015 e serão distribuídos aos acionistas em 30 de abril de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, as despesas incorridas pela Companhia em favor das suas controladas ou coligadas, referem-se a custos operacionais de naturezas diversas, bem como compartilhamento de gastos entre as investidas, para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas, suportando as atividades administrativas destas empresas.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas em condições firmadas entre as partes. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não têm garantias, não estão sujeitos a juros e serão liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer valores a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social ou quando há algum indicativo de perda por redução ao valor recuperável, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

Transações com outras partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 33, as despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da controladora e do consolidado, totalizaram R\$2.096 e R\$2.612 (R\$1.890 e R\$2.683 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente.

17 Investimentos

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2015, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no Capital Integralizado %	Equivalência Patrimonial		Valor do Investimento		Provisão para perda com investimento	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas							
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99%	(11.255)	19.048	42.586	53.841	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99%	(88)	(17)	-	-	(8.019)	(7.932)
Best Fleet Locadora de Veículos Ltda. (*)	99,99%	-	1.638	-	-	-	-
		(11.343)	20.669	42.586	53.841	(8.019)	(7.932)

(*) No resultado do exercício até 31 de janeiro de 2014.

Informações sobre as controladas

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	178.261	146.796	6.487	3.997	24.627	22.445
Passivo	135.675	92.955	14.506	11.929	9.908	10.762
Patrimônio Líquido	42.586	53.841	(8.019)	(7.932)	14.719	11.683
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.255)	19.048	(88)	(17)	3.036	3.282

(a) Controlada indireta da Unidas S.A.

18 Veículos destinados a venda

Controladora

	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2014 - Custo	109.805	60.003	-	-	169.808
Alienações	(617.356)	-	-	-	(617.356)
Transferência do imobilizado	658.132	10.290	-	-	668.422
Em 31/12/2015 - Custo	150.581	70.293	-	-	220.874
Em 31/12/2014 - Depreciação acumulada e provisões	(23.187)	(8.804)	(36.101)	(787)	(68.879)
Constituição de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(13.158)	-	(13.158)
Alienações	164.001	-	-	-	164.001
Transferência do imobilizado	(169.590)	(653)	-	-	(170.243)
Em 31/12/2015 - Depreciação acumulada e provisões	(28.776)	(9.457)	(49.259)	(787)	(88.279)
Valor residual líquido:					
Em 31/12/2015	121.805	60.836	(49.259)	(787)	132.595
Em 31/12/2014	86.618	51.199	(36.101)	(787)	100.929

Consolidado

	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
Em 31/12/2014 – Custo	109.805	60.003	-	-	169.808
Adições	6.195	-	-	-	6.195
Alienações	(621.445)	-	-	-	(621.445)
Transferência do imobilizado	658.132	10.290	-	-	668.422
Em 31/12/2015- Custo	152.687	70.293	-	-	222.980
Em 31/12/2014 - Depreciação acumulada e provisões	(23.187)	(8.804)	(36.101)	(787)	(68.879)
Constituição de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(13.158)	-	(13.158)
Alienações	163.999	-	-	-	163.999
Transferência do imobilizado	(169.584)	(653)	-	-	(170.237)
Em 31/12/2015 - Depreciação acumulada e provisões	(28.772)	(9.457)	(49.259)	(787)	(88.275)
Valor residual líquido:					
Em 31/12/2015	123.915	60.836	(49.259)	(787)	134.705
Em 31/12/2014	86.618	51.199	(36.101)	(787)	100.929

- (a) Os veículos destinados à venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor.
- (b) A provisão para veículos roubados e sinistrados refere-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados para os quais não há cobertura de seguros.

19 Imobilizado

Controladora

	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Benf.Imoveis Terc.	Outros ativos	Imóveis	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31/12/2014	1.203.328	70.158	15.811	769	1.354	3.219	7.766	11.894	2.164	1.000	1.317.463
Adições	564.191	97.369	6.398	67	2	213	1.245	887	72	-	670.444
Alienações	-	-	(4.481)	(4)	-	(9)	(2)	-	-	-	(4.496)
Transferência	128.121	(128.121)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(668.422)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(668.422)
Em 31/12/2015	1.227.218	39.406	17.728	832	1.356	3.423	9.009	12.781	2.236	1.000	1.314.989
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2014	(163.037)	-	(6.165)	(524)	(1.198)	(2.117)	(6.022)	(9.070)	(1.154)	(10)	(189.297)
Depreciação	(151.171)	-	(6.857)	(46)	(48)	(212)	(656)	(1.004)	(90)	(40)	(160.124)
Alienações	-	-	4.481	-	-	-	-	-	-	-	4.481
Transferência (Bens destinados a venda)	170.243	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170.243
Em 31/12/2015	(143.965)	-	(8.541)	(570)	(1.246)	(2.329)	(6.678)	(10.074)	(1.244)	(50)	(174.697)
Valor residual líquido:											
Em 31/12/2015	1.083.253	39.406	9.187	262	110	1.094	2.331	2.707	992	950	1.140.292
Em 31/12/2014	1.040.291	70.158	9.646	245	156	1.102	1.744	2.824	1.010	990	1.128.166

Consolidado

	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Benf.Imoveis Terc.	Outros ativos	Imóveis	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31/12/2014	1.203.343	70.158	16.399	1.007	2.366	4.789	10.197	25.900	5.477	1.000	1.340.636
Adições	564.191	97.369	6.568	187	2	582	1.595	4.490	1.329	-	676.313
Alienações	-	-	(4.482)	(4)	-	(12)	(2)	-	-	-	(4.500)
Transferência	128.121	(128.121)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(668.422)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(668.422)
Em 31/12/2015	1.227.233	39.406	18.485	1.190	2.368	5.359	11.790	30.390	6.806	1.000	1.344.027
Depreciação acumulada:											
Em 31/12/2014	(163.031)	-	(6.327)	(633)	(1.957)	(2.779)	(7.461)	(15.738)	(2.075)	(10)	(200.011)
Depreciação	(151.171)	-	(6.880)	(69)	(136)	(358)	(1.005)	(3.540)	(305)	(40)	(163.504)
Alienações	-	-	4.482	-	-	-	-	-	-	-	4.482
Transferência (Bens destinados a venda)	170.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170.237
Em 31/12/2015	(143.965)	-	(8.725)	(702)	(2.093)	(3.137)	(8.466)	(19.278)	(2.380)	(50)	(188.796)
Valor residual líquido:											
Em 31/12/2015	1.083.268	39.406	9.760	488	275	2.222	3.324	11.112	4.426	950	1.155.231
Em 31/12/2014	1.040.312	70.158	10.072	374	409	2.010	2.736	10.162	3.402	990	1.140.625

Controladora e Consolidado

Taxas médias anuais de depreciação

	31/12/2015	31/12/2014
Veículos	10,4%	12,3%
Acessórios	41,3%	39,3%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20%
Outros ativos	20%	20%
Imóveis	4%	4%

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as

estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

Efeito da Redução do IPI

Para determinação da depreciação dos veículos, a Companhia baseia-se em três premissas principais: (i) comparação do valor residual do veículo com o valor de mercado de varejo; (ii) canal de venda previsto para a venda de carros alienados para renovação da frota; (iii) custos envolvidos para a venda de carros alienados para renovação da frota (custo de estrutura).

Em 21 de maio de 2012, o Governo anunciou a redução do IPI para carros novos com duração prevista até 31 de agosto de 2012, posteriormente prorrogada até 31 de dezembro de 2012. Em 1 de janeiro de 2013 ocorreu retorno parcial do IPI para os carros novos e, a partir de 1º de janeiro de 2015 ocorreu o retorno total do IPI para os carros novos.

Desta forma, a Companhia revisou o valor residual de sua frota e concluiu que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve redução do IPI para carros novos, porém até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve uma redução no valor recuperável de R\$21.429.

20 Intangíveis

Controladora

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2014	23.249	10.224	729	48.841	17.991	101.034
Adições (a)	3.064	-	-	-	-	3.064
Em 31/12/2015	26.313	10.224	729	48.841	17.991	104.098
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2014	(15.378)	(2.584)	(217)	-	(2.454)	(20.633)
Amortização	(2.819)	(1.511)	(146)	-	(1.636)	(6.112)
Em 31/12/2015	(18.197)	(4.095)	(363)	-	(4.090)	(26.745)
Valor residual líquido:						
Em 31/12/2015	8.116	6.129	366	48.841	13.901	77.353
Em 31/12/2014	7.871	7.640	512	48.841	15.537	80.401

Consolidado

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
Custo:						
Em 31/12/2014	24.671	10.223	728	48.843	17.991	102.456
Adições (a)	3.068	-	-	-	-	3.068
Em 31/12/2015	27.739	10.223	728	48.843	17.991	105.524
Amortização acumulada:						
Em 31/12/2014	(16.677)	(2.579)	(216)	-	(2.454)	(21.926)
Amortização	(2.854)	(1.511)	(146)	-	(1.636)	(6.147)
Em 31/12/2015	(19.531)	(4.090)	(362)	-	(4.090)	(28.073)
Valor residual líquido:						
Em 31/12/2015	8.208	6.133	366	48.843	13.901	77.451
Em 31/12/2014	7.994	7.644	512	48.843	15.537	80.530

- (a) Refere-se principalmente a desenvolvimento de software do sistema operacional e administrativo da Companhia e controladas.

Controladora e Consolidado		
Taxas médias anuais de amortização		
	31/12/2015	31/12/2014
Software	20%	20%
Direito de uso de marca	14,78%	14,78%
Acordo de não competição	20%	20%
Carteira de clientes	9,09%	9,09%

Teste da redução ao valor recuperável do ágio (imparidade)

O valor recuperável do ágio, proveniente da aquisição da Companhia Best Fleet, foi definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesas de vendas e o seu valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa na data-base de 31 de dezembro de 2015.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração, ou seja, no orçamento da Companhia e nas expectativas da administração em relação ao futuro do negócio e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	2015	2014
Taxa de desconto	12,4%	13,9%
Taxa de crescimento do PIB	(3,1%)	3%
Inflação	9,9%	5%
Taxa de crescimento estimado para o (EBITDA) (média para os próximos cinco anos)	6,5%	4,5%

A taxa de desconto foi estimada a valor presente do fluxo de caixa projetado e o fluxo de caixa perpétuo foi elaborado utilizando o custo médio ponderado de capital.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Projeção da receita levando em consideração as estimativas da Companhia de incremento na frota operacional média ao longo do período projetivo, do *ticket* médio de aluguel por veículo/mês, do volume de vendas estimado e do preço médio de venda.
- Segregação da projeção dos custos operacionais entre custo com locação de veículos, que contempla gastos com a frota e depreciação, e custo de desmobilização de veículos, considerando 78,6% da receita líquida de venda em dezembro de 2015 e, a partir de 2016, foi projetado em 90,1% da receita líquida de venda.

- Segregação da projeção das despesas operacionais entre gastos com pessoal e despesas administrativas, considerando o crescimento equivalente a inflação, e despesas comerciais projetadas com base na receita líquida.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram projetados de acordo com as alíquotas vigentes na data-base da avaliação que foi em 31 de dezembro de 2015.

O valor recuperável estimado para a Companhia de acordo com o cálculo do valor econômico efetuado, foi superior ao seu valor contábil, não identificamos indícios de perda de valor.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Montadoras de veículos	66.316	58.766	66.316	58.766
Serviços de mecânica e manutenção	4.907	3.740	6.419	3.994
Serviços de sublocação	636	105	800	528
Propaganda e marketing	610	620	610	620
Diversos fornecedores	7.834	6.165	14.972	13.664
	80.303	69.396	89.117	77.572

22 Securitização de contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Securitização de contas a pagar	73.417	97.928	73.417	97.928
	73.417	97.928	73.417	97.928

Este saldo refere-se a securitização de contas a pagar decorrentes de compra de veículos para renovação da frota junto às montadoras, em que a montadora efetuou o desconto de tais títulos junto aos bancos, operação denominada também "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser o credor da operação. Essa operação não alterou significativamente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos. O prazo médio de negociação da Companhia é de 90 dias com taxa média de 1,17% a.m.

23 Empréstimos

	Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Controladora e Consolidado	
					31/12/2015	31/12/2014
Moeda Estrangeira						
Santander	Capital de Giro	Dez/15	VC+1,82%	USD	-	(19.917)
HSBC	Capital de Giro	Dez/15	VC+1,95%	USD	-	(20.892)
Safra	Capital de Giro	Mar/16	VC+2,58%	USD	(25.702)	-
Itaú	Capital de Giro	Mar/16	VC+1,43%	USD	(50.667)	-
Santander	Capital de Giro	Mar/16	VC+2,02%	USD	(12.629)	-
Santander	Capital de Giro	Mai/17	VC+5,02%	USD	(102.336)	-
Total em moeda estrangeira					(191.334)	(40.809)
Passivo circulante					(88.998)	(40.809)
Passivo não circulante					(102.336)	-

	Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Controladora e Consolidado	
					31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos financeiros - swap						
Safra	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,59%	USD	3.445	-
Itaú	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,59%	USD	6.132	-
Santander	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,37%	USD	1.572	-
Santander	Capital de Giro-Swap	Mai/17	CDI+2,30%	USD	1.098	-
Total Swap em moeda estrangeira					12.247	-
Ativo circulante					11.149	-
Ativo não circulante					1.098	-
Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros					(179.087)	(40.809)

Todos os empréstimos mencionados acima possuem contratos de *swap*, protegendo 100% do valor do principal mais encargos, contra as variações cambiais nas captações em moeda estrangeira, cujos mesmos foram mensurados e contabilizados pelos seus valores justos na data base da demonstração financeira. Os empréstimos não possuem garantias ou cláusulas de antecipação do vencimento (*covenants*).

24 Debêntures e notas promissórias

	Indexador	Juros	Principal circulante	Principal não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar - circulante	Custos de transação a apropriar - não circulante	Custos de transação a apropriar - Total	Total circulante	Total não circulante	Controladora e Consolidado	
												Total da dívida	Total da dívida
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	CDI 2,90% a.a	4.446	129.231	-	(5.962)	4.968	(994)	-	(994)	132.683	-	132.683	263.846
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	IPCA 8,39% a.a	20.542	20.000	-	(1.136)	947	(189)	-	(189)	40.353	-	40.353	55.004
Debêntures 3ª Emissão	CDI 1,80% a.a	3.969	34.272	51.456	(746)	422	(149)	(175)	(324)	38.092	51.282	89.374	124.182
Debêntures 4ª Emissão	CDI 1,80% a.a	3.848	100.000	100.000	(940)	495	(235)	(210)	(445)	103.613	99.790	203.403	202.532
Debêntures 5ª Emissão	CDI 1,81% a.a	5.410	-	120.000	(1.013)	266	(199)	(548)	(747)	5.211	119.452	124.663	123.594
Debêntures 6ª Emissão	CDI 1,70% a.a	6.654	-	100.000	(616)	100	(200)	(316)	(516)	6.454	99.684	106.138	-
Notas Promissórias 5ª Emissão	CDI 2,30% a.a	204	-	30.000	(341)	23	(273)	(45)	(318)	(69)	29.954	29.885	-
		45.073	283.503	401.456	(10.754)	7.221	(2.239)	(1.294)	(3.533)	326.337	400.162	726.499	769.158

a) 2ª. Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2011, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 50.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$500.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco de Investimento S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 16 de dezembro de 2011, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das

debêntures, e na alienação fiduciária dos recursos depositados no Fundo de Investimento “Renda Fixa Crédito Privado Unidas Sinking Fund”, destinados ao pagamento do serviço da dívida das debêntures.

A data de vencimento das debêntures da 1ª Série e a data de vencimento das debêntures da 2ª Série é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de outubro de 2011), com vencimento final em 15 de outubro de 2016.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 2,90% ao ano, com amortizações trimestrais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2012).

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série atualizado a partir da data de emissão pela variação do IPCA, incidem juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 8,39% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos anualmente a partir de 15 de outubro de 2012).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 30 de junho de 2011), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	2,24
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,87
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011	(30%)	14%

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

b) 3ª Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20 de março de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais e garantias adicionais reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

A data de vencimento das debêntures da 3ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (11 de março de 2013), com vencimento final em 11 de março de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das Taxas médias diárias dos DI- Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações semestrais do valor nominal a partir de 11 de março de 2015.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado menor ou igual a 3,5;

ii. Relação EBITDA ajustado/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,5; e

iii. A Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA Ajustado	<3,50	0,89
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelo resultado financeiro	>1,50	7,21
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	33%

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

c) 4ª Emissão de Debêntures

Em 04 de novembro de 2013, a Companhia realizou a oferta pública com esforços restritos de distribuição de 20.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10 perfazendo o montante de R\$ 200.000, sob a coordenação do Banco do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 01 de novembro de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 4ª Emissão é de quatro anos a contar da data de emissão (14 de novembro de 2013), com vencimento final em 14 de novembro de 2017.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 4ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 14 de novembro de 2016 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 14 de maio de 2014).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem

aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,24
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,87
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	33%

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

d) 5ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2014, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 11 de agosto de 2014, sendo aprovada a constituição de garantias flutuantes por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 5ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de setembro de 2014), com vencimento final em 15 de setembro de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 5ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,81% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de setembro de 2017 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2015).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e

iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2013), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,24
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,87
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013	(30%)	15%

Em 31 de dezembro 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

e) 6ª Emissão de Debêntures

Em 27 de julho de 2015, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 10.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$100.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de julho de 2015, sendo aprovada a constituição de garantias flutuantes por parte da Companhia em favor dos Debenturistas.

A data de vencimento das debêntures da 6ª Emissão é de três anos a contar da data de emissão (27 de julho de 2015), com vencimento final em 27 de julho de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida da sobretaxa, ao ano de 1,70%, com amortizações semestrais do valor nominal nos dias 27 dos meses de janeiro e julho de cada ano, contados a partir da data de emissão, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 27 de janeiro de 2016 e o último em 27 de julho de 2018, que é a data de vencimento das debêntures.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2014 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2014), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,24
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,87
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2014	(30%)	1%

Em 31 de dezembro 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

f) 5ª Emissão de Notas Promissórias

Em 15 de dezembro de 2015 a Companhia realizou a quinta oferta pública de distribuição de notas promissórias comerciais com esforços restritos de colocação de 60 notas promissórias comerciais no valor de R\$500 perfazendo o montante de R\$30.000. Sobre o valor nominal unitário das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, a.a., acrescida de sobretaxa ou *spread* de 2,30% a.a., com pagamento total na sua data de vencimento, em 15 de março de 2017, sendo esta operação coordenada pelo Haitong Banco de Investimento do Brasil S/A.

A Companhia, durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação, pela Companhia, de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Notas Comerciais, resulte em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia, durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, igual ou superior a 30% (trinta por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anteriores a 30 de setembro de 2015 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 1 de janeiro de 2016), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado aos Titulares para sua verificação, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre;

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de dezembro de 2015 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	2,24
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,87
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 setembro de 2015	(30%)	1%

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

g) Custos de transação a apropriar

Os custos de transação a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes são compostos como segue:

Custos de transação sobre debêntures e notas promissórias	2016	2017	2018	2019	Total
Debêntures e notas promissórias	(2.239)	(804)	(341)	(149)	(3.533)
	(2.239)	(804)	(341)	(149)	(3.533)

As debêntures e notas promissórias a longo prazo vencem como segue:

	31/12/2015
2017	253.468
2018	106.843
2019	39.851
	400.162

25 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

i) Impostos diferidos no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	76.406	75.763	83.586	79.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.258	5.452	3.694	6.371
Provisão a pagar a fornecedores e outros	2.197	3.874	4.637	6.234
Provisões de veículos roubados e sinistrados	17.016	12.542	17.016	12.542
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.562	7.028	7.560	7.080
Despesas de <i>stock options</i>	1.213	919	1.213	919
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da <i>Best Fleet</i>	(202)	325	(202)	325
Amortização fiscal do ágio	(5.812)	(2.491)	(5.812)	(2.491)
Depreciação acumulada de veículos	(40.754)	(25.058)	(40.754)	(25.058)
Variação cambial de empréstimos e <i>swap</i>	4.045	154	4.045	154
Prêmio de opções – <i>call DI</i>	(902)	-	(902)	-
Outros	(336)	-	389	(1.077)
Total IR e CS diferidos ativos	61.691	78.507	74.470	84.192

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários em até 7 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Movimento em prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias durante o ano

Controladora	01/01/2015	Reconhecidos no resultado	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	75.763	643	76.406
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5.452	(4.194)	1.258
Provisão a pagar a fornecedores e outros	3.874	(1.677)	2.197
Provisões de veículos roubados e sinistrados	12.542	4.474	17.016
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.028	534	7.562
Despesas de <i>stock options</i>	919	294	1.213
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da <i>Best Fleet</i>	325	(527)	(202)
Variação cambial de empréstimos e SWAP	154	3.891	4.045
Total dos impostos diferido ativos	106.057	3.438	109.495
Amortização fiscal do ágio	(2.491)	(3.321)	(5.812)
Depreciação acumulada de veículos	(25.058)	(15.696)	(40.754)
Prêmio de opções - <i>call DI</i>	-	(902)	(902)
Outros	-	(336)	(336)
Total dos impostos diferidos passivos	(27.549)	(20.255)	(47.804)
Total imposto diferido	78.507	(16.816)	61.691

Consolidado	01/01/2015	Reconhecidos no resultado	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	79.193	4.393	83.586

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6.371	(2.677)	3.694
Provisão a pagar a fornecedores e outros	6.234	(1.597)	4.637
Provisões de veículos roubados e sinistrados	12.542	4.474	17.016
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.080	480	7.560
Despesas de <i>stock options</i>	919	294	1.213
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	325	(527)	(202)
Varição cambial de empréstimos – não realizada	154	3.891	4.045
Total dos impostos diferido ativos	112.818	8.731	121.549
Amortização fiscal do ágio	(2.491)	(3.321)	(5.812)
Depreciação acumulada de veículos	(25.058)	(15.696)	(40.754)
Prêmio de opções	-	(902)	(902)
Outros	(1.077)	1.466	389
Total dos impostos diferidos passivos	(28.626)	(18.453)	(47.079)
Total imposto diferido	84.192	(9.722)	74.470

ii) Impostos corrente e diferido no resultado

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.394	63.565	55.128	62.624
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	20.874	21.612	18.744	21.292
Equivalência patrimonial	3.857	(7.028)	-	-
Juros sobre capital próprio	(8.500)	-	(8.500)	-
Despesas indedutíveis	578	976	755	1.155
Provisões para contingências	534	(195)	481	(259)
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da <i>Best Fleet</i>	(527)	(234)	(527)	(154)
Despesas de depreciação	(15.696)	(14.607)	(15.696)	(14.607)
(Reversão) provisão a pagar a fornecedores e outros	(2.007)	1.847	(126)	1.493
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.194)	(4.038)	(2.677)	(3.891)
Provisões veículos roubados e sinistrados	4.474	1.858	4.474	1.858
Despesas de <i>stock options</i>	294	219	294	219
Reconhecimento de prejuízos fiscais e bases negativas	644	1.818	4.423	472
Adicional de IR	-	-	-	(26)
Amortização fiscal do ágio	(3.321)	(2.491)	(3.321)	(2.491)
Varição cambial de empréstimos, SWAP e call DI	2.990	263	2.990	263
Exclusão dos 34% das controladas pelo lucro presumido	-	-	(1.314)	(1.116)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	-	-	-	4.208
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	828	4.910
Despesa com impostos diferidos	16.816	15.580	9.722	9.729
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	16.816	15.580	9.722	14.639
Alíquota efetiva	27%	25%	18%	23%

(*) A diferença de R\$828 (R\$702 em 31 de dezembro de 2014) entre o imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado consolidado e a nota explicativa acima refere-se a despesa de impostos da controlada indireta Unidas Franquias a qual é calculada pelo regime de tributação do lucro presumido.

A composição dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais	223.305	221.411	252.630	239.621

Bases negativas da contribuição social **228.670** 226.777 **258.492** 245.483

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

26 Provisão para riscos e discussões judiciais e depósitos judiciais

A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de caráter cível, trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora				Consolidado				Saldos em 31/12/2015	Dep. judiciais 31/12/2015
	Saldos em 31/12/2014	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Ingressos	Atualizações	Baixas		
Tributárias	16.206	-	744	(1.121)	15.829	-	1.029	(1.121)	18.525	18.026
Cíveis	1.334	-	1.014	(639)	1.709	-	1.014	(639)	1.709	592
Trabalhistas	3.132	-	1.570	-	4.702	-	1.570	-	4.702	7.049
	20.672	-	3.328	(1.760)	22.240	-	3.612	(1.760)	24.936	25.667

	Controladora				Consolidado				Saldos em 31/12/2014	Dep. judiciais 31/12/2014
	Saldos em 31/12/2013	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Ingressos	Atualizações	Baixas		
Tributárias	15.590	-	1.175	(559)	16.206	-	1.439	(768)	18.617	17.496
Cíveis	1.677	-	758	(1.101)	1.334	-	758	(1.101)	1.334	499
Trabalhistas	3.980	15	1.340	(2.203)	3.132	15	1.340	(2.203)	3.132	3.928
	21.247	15	3.273	(3.863)	20.672	15	3.537	(4.072)	23.083	21.923

a) Processos com perda provável

Processos cíveis

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. A composição de tais processos é pulverizada, e estes se encontram em diferentes instâncias judiciais, não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para parcela dessas discussões.

Não é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre os processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

Processos trabalhistas

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias, comissões e reconhecimento de vínculo empregatício para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas.

As decisões judiciais acerca de discussões laborais com relação às horas extras e pagamentos de verbas trabalhistas são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, e, considerando a composição pulverizada dos referidos processos, não é possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia. Entendemos que há probabilidade da Companhia enfrentar decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

Processos tributários

A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos.

Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, a Companhia depositou judicialmente as quantias de R\$10.092 e R\$440 referentes à COFINS e ao PIS, respectivamente. O depósito foi efetuado, pois a União Federal ingressou com Execução Fiscal para instrumentalizar a cobrança dos valores mencionados.

A Companhia mantém a provisão de processos tributários total no montante de R\$ 15.829 e R\$ 18.525 em 31 de dezembro de 2015, na controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 16.206 e R\$ 18.617 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e no consolidado, respectivamente). A Companhia aguarda julgamento em segunda instância inferior pelo Tribunal Regional Federal.

b) Processos e discussões com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia referem-se basicamente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daquelas mencionadas no item a). Esses processos totalizam, aproximadamente, R\$ 159.905 em 31 de dezembro de 2015 na controladora e no consolidado (R\$ 149.775 e R\$ 153.864 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e no consolidado, respectivamente).

Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB") emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de R\$ 60.459 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 53.381 em 31 de dezembro de 2014).

Em 11 de dezembro de 2014, a SRFB emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de *swap*

referente ao ano base de 2009, no valor atualizado de R\$ 28.473 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 25.051 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, por discordar dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles e aguarda julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão correspondente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, os referidos autos encontravam-se em andamento.

27 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por 54.076.223 ações ordinárias normativas correspondentes a R\$744.025.

A Composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está resumida a seguir:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A.	18.791.552	34,7	-	-
SAG GEST Soluções automóvel globais, SGPS, S.A.	-	-	17.760.190	32,8
Novinela B.V.	-	-	1.031.362	1,6
Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações	2.940.389	5,4	2.940.389	5,4
Kinea Co-Investimento II Fundo de Investimento em Participações	8.821.168	16,3	8.821.168	16,3
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8	11.761.557	21,8
GIF IV Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8	11.761.557	21,8
	54.076.223	100	54.076.223	100

b) Reserva de capital – Ágio

A Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda. (“Uninfra”) absorvido na incorporação dessa empresa. Em 31 de agosto de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede da Companhia, os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, a utilização do montante total contabilizado na conta de Reserva de Capital para a absorção dos prejuízos acumulados indicados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

c) Reserva de opções

A Companhia constitui reserva de opções registrada no patrimônio líquido correspondente ao plano de remuneração baseado em ações, conforme descrito na nota explicativa 28.

d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias que tenham efeito diluidor.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valores por ação e quantidade de ações):

Básico:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias	54.076.223	54.076.223
Denominador para lucros básicos por ação	54.076.223	54.076.223
Lucro básico por ação ordinária	0,82	0,89

Diluído:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	44.578	47.985
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias, incluindo efeito da conversão de bônus de subscrição	54.992.192	54.992.192
Denominador para lucros diluídos por ação	54.992.192	54.992.192
Lucro diluído por ação ordinária	0,81	0,87

Em 31 de dezembro de 2015, todas as opções foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias diluídas, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

e) Juros sobre capital próprio e dividendos

A Companhia adota os procedimentos de registrar os juros creditados a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, no resultado na rubrica de despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Entretanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados a débito de lucros acumulados, tratamento semelhante aos dividendos. Os valores pagos aos acionistas a títulos de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	44.578
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(11.144)
Juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos	25.000
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(1.303)
Total de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio a pagar	23.697
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação – em R\$	0,4382

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 8.500 (R\$ 0 em 2014), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

28 Plano de remuneração baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2012, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a profissionais elegíveis, membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas, os quais são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os Participantes adquirirão, a cada 12 (doze) meses contados (i) do dia 13 de julho de 2011, (ii) da data do efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia (caso tal ingresso tenha ocorrido após 13 de julho de 2011) ou (iii) outra data a ser estabelecida pelo Comitê de Gestão do Plano, independentemente da data de efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia, desde que, em nenhuma hipótese, anteriormente a data de ingresso do Participante na Companhia ou 13 de julho de 2011, o que por último tiver ocorrido, conforme aplicável, o direito a ¼ (um quarto) das Opções que lhes couberem, conforme o pertinente programa/respectivo Contrato (“*Vesting*”).

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

O prazo de exercício das Opções *Vested* encerrar-se-á (i) no prazo de 2 (dois) anos a contar da data em que ocorrer um Evento de Liquidez ou (ii) no prazo de 2 (dois) anos contados da data em que se verificar o *Vesting* da totalidade das Opções do Participante, o que por último ocorrer (“*Termo da Opção*”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão do Plano poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de *Vesting* ou de *Termo da Opção*, inclusive a fim de estender o prazo em questão e/ou seu escalonamento.

Em Reunião do Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 29 de junho de 2012, foi aprovado o Primeiro Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários.

Foi estabelecido para o Plano um número máximo de 2.253.176 opções, que corresponde a uma diluição máxima de 4% do total de 56.329.399 ações (número que corresponde à soma das

54.076.223 ações atualmente emitidas com as 2.253.176 ações a emitir nos termos do Plano) estando atualmente ativas 1.665.995 opções ao abrigo do Programa acima referido.

O saldo registrado no patrimônio líquido como Reserva de Opções em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$3.566 (R\$ 2.702 em 31 de dezembro de 2014).

Abaixo demonstração da variação do preço médio ponderado da ação:

Data		Quantidade de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado da ação em Reais (*)
31/12/2012	Saldo final	285.138.784	11.405.551	2,41
22/07/2013	Valores após o ajuste participação	432.609.784	17.304.391	1,06
22/07/2013	Grupamento	54.076.223	2.163.049	8,5
31/12/2014	Saldo final	54.076.223	2.163.049	10,39
31/12/2015	Saldo final	54.076.223	2.163.049	11,51

(*) Variação do preço médio devido atualização pelo índice IPCA acumulado, conforme estabelecido no contrato de compra de opções de 15 de junho de 2012.

29 Receita líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	1.028.543	879.726	1.235.794	1.102.852
Impostos sobre vendas	(45.351)	(40.177)	(58.464)	(56.903)
Descontos e cancelamentos	(23.817)	(31.752)	(51.875)	(45.358)
	959.375	807.797	1.125.455	1.000.591

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita de terceirização de frota (<i>Fleet</i>)	279.193	273.063	280.572	279.572
Receita de locação (<i>Rent a car</i>)	162.351	117.536	322.944	301.416
Carros alienados para renovação da frota	517.831	417.198	521.939	419.603
	959.375	807.797	1.125.455	1.000.591

30 Custos dos alugueis e alienação para renovação de veículos da frota

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos fixos (recuperação de custos)	(1.524)	2.950	(46.722)	(41.511)
Custos de depreciação e amortização	(158.029)	(161.284)	(158.051)	(163.096)
Custos com pessoal	(14.329)	(8.327)	(50.416)	(45.543)
Reversão de provisão	-	3.405	-	4.903
Custos de manutenção e logística	(75.296)	(78.524)	(118.543)	(118.827)
Custos de alienação para renovação de veículos da frota	(453.370)	(358.034)	(457.464)	(360.678)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(13.158)	(5.465)	(13.158)	(5.465)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos	32.619	28.768	32.846	30.812
	(683.087)	(576.511)	(811.508)	(699.405)

31 Comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	(4.613)	(5.003)	(9.558)	(10.582)
Comissões com agências	(60)	(52)	(8.603)	(8.275)
Comissões com vendas	(259)	(485)	(2.602)	(1.297)
Propaganda e marketing	(5.495)	(4.173)	(11.591)	(10.656)
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	12.336	11.804	7.876	11.444
Perdas com incobráveis (a)	(24.296)	(23.616)	(24.630)	(27.489)
Outras	(5.177)	(2.999)	(5.738)	(3.566)
	(27.564)	(24.524)	(54.846)	(50.421)

- (a) As perdas com incobráveis referem-se a títulos que já estavam provisionados para perda estimada e foram baixados do contas a receber, provocando uma reversão na rubrica de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e um aumento de perdas com incobráveis.

32 Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	(23.659)	(28.300)	(36.920)	(38.387)
Despesas com ocupação/aluguel	(3.329)	(3.111)	(3.474)	(3.346)
Despesas de comunicação	(2.469)	(2.297)	(3.173)	(2.621)
Serviços de terceiros	(13.075)	(18.122)	(16.060)	(20.745)
Despesas gerais	(6.162)	(8.176)	(7.869)	(9.262)
Depreciação e amortização	(6.064)	(5.143)	(11.600)	(10.745)
	(54.758)	(65.149)	(79.096)	(85.106)

33 Honorários da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração da diretoria e conselho de administração	(2.096)	(1.890)	(2.612)	(2.683)
	(2.096)	(1.890)	(2.612)	(2.683)

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do Conselho de Administração de até R\$ 7.808 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.250 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

34 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de juros	(119.510)	(102.689)	(119.953)	(102.828)
Despesas de swap	(45.943)	(321)	(45.943)	(321)
Variações monetárias e cambiais passivas	(65.702)	(480)	(65.703)	(480)
Outras despesas financeiras	(4.635)	(9.789)	(8.026)	(13.612)
	(235.790)	(113.279)	(239.625)	(117.241)

35 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de juros	3.671	1.964	5.076	2.782
Receita de <i>Swap</i>	74.763	-	74.729	-
Receitas de aplicações financeiras	11.244	17.693	11.285	17.770
Variações monetárias e cambiais ativas	28.234	386	28.235	396
Outras receitas financeiras	39	20	50	36
	117.951	20.063	119.375	20.984

36 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Unidas no decurso da sua atividade está exposta a variações de taxas de juros e de taxas de câmbio. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (Nota 11)	95.303	29.968	97.427	28.554
Aplicações financeiras (Nota 12)	43.921	58.615	43.921	58.615
Instrumentos financeiros - swap (Nota 23)	12.247	-	12.247	-
Outros créditos (*)	4.702	-	4.702	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos (Nota 11)	3.578	4.698	2.773	5.119
Contas a receber (Nota 13)	138.279	119.241	249.523	224.845
Total	298.030	209.522	410.593	317.133
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores (Nota 21)	(80.303)	(69.396)	(89.117)	(77.572)
Securitização de contas a pagar (Nota 22)	(73.417)	(97.928)	(73.417)	(97.928)
Adiantamentos de clientes	(9.052)	(6.037)	(9.052)	(6.454)
Empréstimos (Nota 23)	(191.334)	(40.809)	(191.334)	(40.809)
Debêntures e notas promissórias (Nota 24)	(726.499)	(769.158)	(726.499)	(769.158)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(480)	(430)	(1.906)	(452)
Total	(1.081.085)	(983.758)	(1.091.325)	(992.373)

(*) Considerado nesta rubrica somente a operação de *Swap* de arrependimento mencionada na nota explicativa 36 e) tópico ii.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Para mitigar estes riscos a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	98.881	31.666	100.200	33.673
Aplicações financeiras (Nota 12)	43.921	58.615	43.921	58.615
Instrumentos financeiros – swap (Nota 23)	12.247	-	12.247	-
Contas a receber (Nota 13)	138.279	119.241	249.523	224.845
Outros créditos (*)	4.702	-	4.702	-
	297.950	209.522	410.593	317.133

(*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrendimento mencionada na nota explicativa 36 e) tópico ii).

b) Risco de liquidez

A administração da liquidez é efetuada diariamente pela área de tesouraria da Companhia, com a verificação de todas as premissas de desembolsos e receitas, tais como a manutenção de reserva de caixa em aplicações financeiras de curto prazo (a fim de evitar o inadimplemento de contratos com fornecedores) e o monitoramento da dívida bruta e da dívida líquida total em cada instituição financeira. Esses controles são feitos com o objetivo de atender os compromissos financeiros da Companhia, garantindo a sua operação e expansão.

Também com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, são prospectadas e identificadas as várias alternativas de captação de recursos disponíveis, para várias maturidades e abrangendo tanto o mercado local quanto o internacional.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado				
	31/12/2015				
Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos					
Fornecedores (Nota 21)	(89.117)	(89.117)	(89.117)	-	-
Securitização de contas a pagar (Nota 22)	(73.417)	(74.449)	(74.449)	-	-
Empréstimos (Nota 23)	(179.087)	(205.411)	(79.846)	(125.565)	-
Debêntures e notas promissórias (Nota 24)	(726.499)	(867.939)	(377.954)	(316.660)	(127.538)
Adiantamentos de clientes	(9.052)	(9.052)	(9.052)	-	-
Outras contas a pagar, exceto provisões	(1.906)	(1.906)	(1.906)	-	-
Total	(1.079.078)	(1.247.874)	(632.324)	(442.225)	(127.538)

c) Risco de taxa de juros

A Companhia possui quase a totalidade de seus equivalentes de caixa e do seu endividamento, indexados à variação do CDI e ao IPCA.

A exposição a estes ativos e passivos a taxa variável são monitorados ativamente pela administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Equivalentes de caixa (Nota 11)	95.303	31.666	97.427	33.673
Aplicações financeiras (Nota 12)	43.921	58.615	43.921	58.615
Instrumentos financeiros - <i>swap</i> (Nota 23)	12.247	-	12.247	-
Outros créditos (*)	4.702	-	4.702	-
Securitização de contas a pagar	(73.417)	(97.928)	(73.417)	(97.928)
Empréstimos (Nota 23)	(191.334)	(40.809)	(191.334)	(40.809)
Debêntures e notas promissórias (Nota 24)	(726.499)	(769.158)	(726.499)	(769.158)
Exposição líquida (IPCA e CDI)	835.077	817.614	832.953	815.607

(*) Considerado nesta rubrica somente a operação de *Swap* de arrendimento mencionada na nota explicativa 36 e) tópico ii).

d) Risco de taxa de câmbio

O contrato de mútuo em aberto em 31 de dezembro de 2014 com a SAG GEST Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., liquidado em 2015, não possuía risco da taxa de câmbio, pois o respectivo valor foi fixado em reais.

e) Contratos de swap

i) Dólar norte-americano x Reais

Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos estão resumidos a seguir:

	Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		MTM	
		Mínima	Máxima	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14
Ponta Ativa - Contratos de "Swaps"											
HSBC	Dólar USD	CDI+0,84% a.a.	CDI+0,84% a.a.	-	(20.122)	-	(20.438)	-	(20.122)	-	315
Santander	Dólar USD	CDI+0,73% a.a.	CDI+0,73% a.a.	-	(20.047)	-	(20.186)	-	(20.047)	-	139
Itaú	Dólar USD	CDI+0,59% a.a.	CDI+0,59% a.a.	(44.537)	-	(44.534)	-	(44.537)	-	3	-
Santander	Dólar USD	CDI+0,37% a.a.	CDI+0,37% a.a.	(11.055)	-	(11.064)	-	(11.055)	-	(9)	-
Safra	Dólar USD	CDI+0,59% a.a.	CDI+0,59% a.a.	(22.257)	-	(22.281)	-	(22.257)	-	(23)	-
Santander	Dólar USD	CDI+2,30% a.a.	CDI+2,30% a.a.	(101.238)	-	(104.486)	-	(101.238)	-	(3.248)	-
			Total	(179.087)	(40.169)	(182.365)	(40.624)	(179.087)	(40.169)	(3.277)	454

	Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		MTM	
		Mínima	Máxima	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14
Ponta Passiva - Contratos de "Swaps"											
HSBC	Dólar USD	VC+2,33% a.a.	VC+2,33% a.a.	-	20.507	-	20.281	-	20.507	-	226
Santander	Dólar USD	VC+2,43% a.a.	VC+2,43% a.a.	-	19.982	-	19.923	-	19.982	-	59
Itaú	Dólar USD	VC+1,68% a.a.	VC+1,68% a.a.	50.668	-	50.668	-	50.668	-	-	-
Santander	Dólar USD	VC+2,70% a.a.	VC+2,70% a.a.	12.628	-	12.834	-	12.628	-	(207)	-
Safra	Dólar USD	VC+3,14% a.a.	VC+3,14% a.a.	25.702	-	26.131	-	25.702	-	(428)	-
Santander	Dólar USD	VC+5,90% a.a.	VC+5,90% a.a.	102.336	-	104.699	-	102.336	-	(2.363)	-
			Total	191.334	40.489	194.332	40.204	191.334	40.489	(2.998)	285
			Saldo de swap (*)	12.247	320	11.967	(420)	12.247	320	(6.276)	169

(*) Saldo apresentado na nota explicativa 23.

ii) CDI x Taxa pré

A Unidas visando se proteger do risco de perda de rentabilidade nos contratos de Gestão de Frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operação de *hedge*, chamadas "Call de DI" ou "Swap de arrendimento".

A tabela abaixo demonstra os valores da operação de *hedge* contratada visando a proteção com relação as variações futuras das taxas de juros:

Banco	Moeda	Taxa	Início	Vencimento	Valor Nocial	Prêmio Original	MTM em 31/12/2015
Itaú	Reais	Swap - CDI Taxa pré	Jun/2015	Mar/2017 a Set/2018	231.000	1.983	4.670
Santander	Reais	Swap - CDI Taxa pré	Nov/2015	Mar/2017	16.000	66	32
Saldo swap (**)					247.000	2.049	4.702

(**) Saldo apresentado na linha de outros créditos em contrapartida de receitas financeiras no resultado.

Os contratos de *swap* têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações em moeda estrangeira, bem como elevação de taxa de juros sem nenhum caráter especulativo, foram mensuradas e contabilizadas pelos seus valores justos na data base da demonstração financeira. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos de caixa das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

f) **Análise de sensibilidade**

Conforme requerido pela ICVM 475/08 a Companhia também efetuou testes de deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado:

f1) *Variação da taxa do CDI*

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos indexados ao CDI é de R\$141.348 (R\$87.169 em 31 de dezembro de 2014) e o de endividamento (incluindo contratos de debêntures, notas promissórias e empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros - *swap*) é de R\$865.233 (R\$754.963 em 31 de dezembro de 2014).

Variação da taxa do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa real do CDI dos últimos 12 meses até 31/12/2015	13,18%	13,18%	13,18%
Taxa anual efetiva do CDI conforme cenários previstos	13,18%	16,48%	19,77%
Dívida indexada ao CDI	(877.480)	(877.480)	(877.480)
Equivalentes de caixa, aplicações financeiras indexadas ao CDI e Instrumentos Financeiros	153.595	153.595	153.595
Dívida líquida	(723.885)	(723.885)	(723.885)
Efeito nas despesas financeiras			
Conforme taxas efetivas	(95.408)	(95.408)	(95.408)
Conforme cenários previstos	(95.408)	(119.296)	(143.112)
Aumento nas despesas financeiras	-	(23.888)	(47.704)

f2) *Variação da taxa do IPCA*

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de endividamento indexado ao IPCA (incluindo contratos de empréstimos e debêntures e notas promissórias) é de R\$ 40.353 (R\$ 55.004 em 31 de dezembro de 2014).

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros						
31 de dezembro de 2015						
Caixa e equivalentes de caixa	3.578	95.303	98.881	2.773	97.427	100.200
Aplicações financeiras	-	43.921	43.921	-	43.921	43.921
Instrumentos financeiros	-	12.247	12.247	-	12.247	12.247
Outros créditos (*)	-	4.702	4.702	-	4.702	4.702
Total	3.578	156.173	159.751	2.773	158.297	161.070
31 de dezembro de 2014						
Caixa e equivalentes de caixa	4.698	26.968	31.666	5.119	28.554	33.673
Aplicações financeiras	-	58.615	58.615	-	58.615	58.615
Total	4.698	85.583	90.281	5.119	87.169	92.288

(*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrendimento mencionada na nota explicativa 36 e) tópico ii).

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros						
31 de dezembro de 2015						
Securitização de contas a pagar	-	(74.449)	(74.449)	-	(74.449)	(74.449)
Empréstimos	-	(191.334)	(191.334)	-	(191.334)	(191.334)
Debêntures e Notas Promissórias	-	(730.032)	(730.032)	-	(730.032)	(730.032)
Total	-	(995.815)	(995.815)	-	(995.815)	(995.815)
31 de dezembro de 2014						
Securitização de contas a pagar	-	(97.928)	(97.928)	-	(97.928)	(97.928)
Empréstimos	-	(40.809)	(40.809)	-	(40.809)	(40.809)
Debêntures e Notas Promissórias	-	(773.509)	(773.509)	-	(773.509)	(773.509)
Total	-	(912.246)	(912.246)	-	(912.246)	(912.246)

i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros usado pela Companhia e suas controladas utilizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debentures e notas promissórias, sendo os principais índices de endividamento *Total Debt / EBITDA* e *Net Debt / EBITDA*.

j) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia monitora constantemente as operações financeiras da Companhia para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

37 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	Modalidade	Controladora e Consolidado 31/12/2015
Veículos	Cobertura total (Danos Materiais)	516.082
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Pessoais e Morais)	1.336.495
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Materiais)	1.704.515
Predial	Cobertura total (Danos Materiais)	13.452
		3.570.544

38 Compromissos

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos em 22 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 21 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil que a Companhia conduz são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de dezembro de 2015:

Obrigações com aluguéis	Número de lojas	Valor
2016	27	12.937
2017	17	10.012
2018	9	4.770
2019	5	1.788
2020	1	478
2021	1	272
2022	1	113
		30.370

39 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i) que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração.

Para fins de administração, a Companhia é dividida em três segmentos de negócio operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Fleet: divisão responsável pelo aluguel de frotas para pessoas jurídicas por períodos que variam normalmente entre 12 e 48 meses. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a divisão de “fleet” aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, através das lojas próprias de semi-novos;
- RAC: divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas em aeroportos e fora de aeroportos. Os aluguéis são realizados para clientes pessoas físicas em viagens de negócios ou lazer e para pessoas jurídicas, incluindo companhias seguradoras. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através das lojas próprias de semi-novos;
- Carros alienados para renovação de frota (seminovos): Como atividade operacional adicional, a Companhia possui estrutura própria para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel.

Apresentamos a seguir as demonstrações de resultados dos negócios operacionais:

	Fleet		RAC		Seminovos		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	280.572	279.572	322.944	301.416	521.939	419.603	1.125.455	1.000.591
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota	(143.215)	(132.176)	(186.984)	(180.783)	(481.309)	(386.446)	(811.508)	(699.405)
Lucro bruto	137.357	147.396	135.960	120.633	40.630	33.157	313.947	301.186
Comerciais	(16.564)	(20.000)	(26.591)	(24.304)	(11.691)	(6.117)	(54.846)	(50.421)
Gerais e administrativas	(21.943)	(36.820)	(48.124)	(37.477)	(9.029)	(10.809)	(79.096)	(85.106)
Honorários da administração	(1.554)	(1.595)	(541)	(557)	(517)	(531)	(2.612)	(2.683)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4.013)	(3.679)	1.374	(462)	624	46	(2.015)	(4.095)
Despesas financeiras, líquidas	(58.562)	(49.919)	(60.062)	(45.384)	(1.626)	(954)	(120.250)	(96.257)
Lucro antes dos impostos	34.721	35.383	2.016	12.449	18.391	14.792	55.128	62.624

40 Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2016 a Companhia realizou a captação de cédula de crédito bancário – empréstimo direto externo junto ao banco HSBC no valor nominal de USD 14.848 mil equivalentes a R\$ 60.000. A referida captação foi realizada com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2016 e está coberta por instrumento financeiro *swap*, devido variação da taxa do dólar norte-americano.

O vencimento da dívida acima mencionada ocorrerá em 17 de fevereiro de 2017. Sobre o saldo devedor do valor nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida da sobretaxa, ao ano, de 1,90%.



Unidas S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas
Unidas S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas S.A (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da Unidas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 11 de março de 2016.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Unidas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 11 de março de 2016.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor

Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor